FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

DIRETORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

RÔMULO GUEDES E SILVA

Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: análise de sua institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco

RECIFE

2015

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

DIRETORIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

RÔMULO GUEDES E SILVA

Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: análise de sua institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Dr. Alexandre Zarias

RECIFE

2015

Esta dissertação é dedicada a todas aquelas pessoas que, em algum momento de suas vidas, acharam que suas angústias seriam sempre ocultas. A mudança é lenta mas há de vir.

AGRADECIMENTOS

É árduo o desafio de desenvolver uma pesquisa científica. Isso exige tempo e concentração incessantes para o alcance do objetivo, que foi escrever esta dissertação, tarefa esta que não foi concluída com o esforço de apenas uma pessoa. Foi valiosa a participação dos diversos colaboradores, num clima predominantemente de bem-estar ao longo dessa busca. Dessa forma, perdoem-me se, por falha, esqueci-me de mencionar algumas pessoas que, de alguma forma, ajudaram-me a concluir este desafio, pois foram muitos os que contribuíram.

Gostaria de começar agradecendo a toda e qualquer força divina que tenha colocado meus pais, José Fernando Guedes e Maria Lúcia Oliveira da Silva, da exata forma que são em minha vida, pois isso determinou meus valores e princípios que me orientaram. Eles deram-me todo o apoio e incentivo possível.

Indescritível é a gratidão que tenho para com meu orientador, que passei a admirar como exemplo de profissional, professor Dr. Alexandre Zarias, o qual, pacientemente, deu o melhor de si para nortear meus procedimentos aplicados não só a este trabalho de conclusão, como também a outros trabalhos científicos que foram desenvolvidos na jornada do mestrado. Agradeço a todos os professores que fizeram parte do MPCS ao longo de minha estada, pois todos me foram significativos.

Tratando de pessoas exemplares, é com um carinho especial que cito ainda Monique Nascimento de Oliveira, pessoa que tive oportunidade de surpreender-me por inúmeras vezes e compartilhar muitos dos momentos mais marcantes da minha vida, contribuindo, inclusive, para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também ao nobre e sábio amigo George Cavalcanti, que sempre me apoiou em alguns momentos de muita dificuldade. Ao grande profissional e colega de trabalho Bruno Souza de Arruda, gestor da escola estadual da qual faço parte, com muita satisfação, pelo apoio e confiança recebidos.

Muitas são as lembranças do decorrer de minha formação no Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, sobretudo aquelas partilhadas com todos os colegas da turma desse curso, tornando nosso percurso sempre mais agradável.

Por último, agradeço à Fundação Joaquim Nabuco por ter me proporcionado uma rica oportunidade de me tornar um profissional mais completo. Foram generosas as contribuições dessa instituição desde sua estrutura à bagagem científica de seus profissionais, que fazem do MPCS um curso de mestrado diferenciado dos outros.

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Esta dissertação descreve o processo de institucionalização dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher no Estado de Pernambuco. Trata-se de uma política pública executada pela Secretaria de Educação e Esportes e Secretaria da Mulher de Pernambuco desde 2011. Tomou-se como referência a experiência de três Núcleos de Estudos que promovem atividades de formação e pesquisa em gênero. Esses núcleos funcionam em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs), localizadas nas regiões Metropolitana, Agreste e Sertão do estado de Pernambuco. Os dados desses núcleos foram obtidos, entre os anos de 2014 e 2015, por meio de questionários, entrevistas e grupos de discussão com professoras, professores, alunos, alunas, gestores e gestoras das escolas visitadas. Para compreender o contexto de ação dos núcleos, foi necessário abordar os temas gênero, educação, políticas públicas e violência contra a mulher. Constatou-se que o sucesso e a qualidade das ações dos núcleos dependem da articulação de diferentes instituições combinada com certas particularidades, tais como região de instalação, gestão acadêmica e escolar, número e perfil dos profissionais e estudantes envolvidos com as atividades educacionais.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Ensino Médio. Sociologia. Pernambuco.

ABSTRACT

This dissertation describes the process of institutionalization of Centers of Gender Studies and Prevention of Violence against Women in the State of Pernambuco. This is a public policy implemented by the Education and Sports Secretary and Women Secretary of Pernambuco State since 2011. This research takes as a reference the experience of three Centers of Gender Studies and Prevention of Violence against Women that promote training and research activities on gender. These centers operate in highschools located in the Metropolitan, Wasteland and Hinterland regions of Pernambuco State. The data from these cores were obtained, between the years 2014 and 2015, through questionnaires, interviews and focuses groups with teachers, students and managers of the visited schools. To understand the core of the action context, it was necessary to address the gender issues, education, public policy and violence against women. It was found that the success and quality of the actions of these centers depends on the articulation of different institutions combined with certain characteristics, such as zone installation, management and academic school, number and profile of professionals and students engaged in educational activities.

Keywords: Gender. Education. High school. Sociology. Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 GÊNERO E EDUCAÇÃO EM CONTEXTO 14

2.1 Gênero como ponto de partida 14

2.2 Gênero na educação 20

3 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS 27

3.1 Educação em gênero como política pública 27

3.2 Os núcleos de estudos de gênero no contexto de combate à violência contra a mulher 35

4 TRÊS MODELOS DE ENSINO DE GÊNERO EM PERNAMBUCO 39

4.1 As Escolas Integrais do Estado de Pernambuco 42

4.2 Núcleo 1 – Região Metropolitana 44

4.3 Núcleo 2 – Região Agreste 52

4.4 Núcleo 3 – Região Sertão 57

5 CONCLUSÃO 66

REFERÊNCIAS 70

ANEXO 73

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação descreve o processo de institucionalização dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher no Estado de Pernambuco. os quais têm colaborado para a realização de atividades de formação e pesquisa em gênero nas escolas do ensino médio e instituições do ensino superior. Por meio da institucionalização desses espaços, ampliou-se o número de pessoas envolvidas com a discussão a respeito das desigualdades sociais entre mulheres e homens. Mas o sucesso e a qualidade das ações dos núcleos dependem da articulação de diferentes instituições combinada com certas particularidades, tais como região de instalação, gestão acadêmica e escolar, número e perfil dos profissionais e estudantes envolvidos com as atividades educacionais, etc. Em outras palavras, o efeito positivo das atividades realizadas nesses núcleos decorreu do elemento cooperativo entre os diversos profissionais de cada unidade escolar citada, uma vez que as atividades concentradas em apenas uma disciplina ou profissional, não conseguem atingir a mesma amplitude da atividade coletiva, conforme será apresentado nos capítulos seguintes.

Nesta dissertação, serão discutidas essas particularidades a partir da experiência de três núcleos instalados em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs), cada um deles localizados em diferentes regiões do estado de Pernambuco: Metropolitana, Agreste e Sertão. Os dados analisados foram obtidos por meio de entrevistas e grupos de discussão com gestoras e gestores, professores e professoras, e alunas e alunos do ensino médio em 2015. Também foram utilizadas as informações oficiais da Secretaria da Mulher (SecMulher) e da Secretaria de Educação (Seduc) do Estado de Pernambuco.

Criados a partir da articulação entre SecMulher, Seduc, Instituições de Ensino Superior (IES) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), os núcleos somavam um total de 54 unidades espalhadas pelo estado até 2013, sendo 28, em escolas do ensino médio, e 26 no ensino superior. Os primeiros núcleos surgiram, em 2010, como resultado da Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação em Gênero capitaneada pela SecMulher do Estado de

Pernambuco, a partir de 2007, que desenvolveu com êxito e pioneirismo uma ação educativa para fortalecer o combate à violência contra a mulher.

Aqui se discute gênero e educação em um cenário que não parece nada propício para tanto. Parra entender isso basta sublinhar a recente discussão a respeito da "ideologia de gênero" no Plano Nacional da Educação e nos planos educacionais de vários estados e municípios, a qual levou à exclusão do termo nesses documentos, evidenciando um grande retrocesso no que diz respeito a um conjunto de direitos assegurados constitucionalmente.

Para a compreensão do processo de institucionalização dos núcleos nesse atual cenário, partir-se-á de uma discussão a respeito de gênero e educação, seguida da descrição geral da criação dos núcleos e sua relação com as políticas públicas da área, e caracterização dos três núcleos pesquisados para, finalmente, analisar os dados de pesquisa obtidos no âmbito do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco (MPCS-Fundaj).

O interesse em desenvolver tal pesquisa, que pretende contribuir para a produção científica voltada à sociologia no ensino médio, foi originário das inquietações de minha prática docente com a disciplina de sociologia em turmas de ensino médio de uma Escola de Referencia em Ensino Médio, chamada Álvaro Lins, localizada no Bairro de Nova Descoberta, em Recife, durante o decorrer do ano letivo de 2013.

Por tratar-se de uma instituição que funciona sob o regime de jornada semi-integral, tornou-se pertinente o desenvolvimento de aulas diferenciadas daquelas de natureza expositiva tão comuns ao cotidiano escolar. O momento semanal destinado ao desenvolvimento de projetos e intervenções pedagógicas, que demandam vários encontros ao longo do ano, permitem práticas pedagógicas mais diversificadas e lúdicas, que extrapolam a teoria aprendida em sala de aula.

Essas atividades e projetos pedagógicos permitem maior movimentação e interação entre os jovens, oportunizando-os a colocar em prática a teoria apreendida em sala, por meio de encenações teatrais, júri simulado, análise documental, análise de casos da mídia, de músicas, filmes, entre outras formas mais dinâmicas ou lúdicas de

transpor o conhecimento teórico de forma transdisciplinar. Esse contexto também favoreceu o emprego de habilidades múltiplas para a implantação de um Núcleo de Estudos de Gênero e enfretamento à Violência Contra a Mulher na escola em que trabalho.

Nas escolas estaduais de Pernambuco que fazem parte do Programa de Educação Integral, foi implantado um sistema educacional pensado pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (2008), que propõe uma escola que estimule os vários eixos da subjetividade do sujeito. Esses eixos interagem com o Ethos, Mythos, Pathos e o Eros do indivíduo, capacitando o estudante a lidar criticamente com as várias situações que se apresentarão ao longo de sua vida no mundo. Esse pedagogo coloca a Educação Integral como aparato de mudança social uma vez que, hoje, as ações humanas são cada vez mais estruturadas pelo Logos (razão), que vêm se sobrepondo àquelas ações demarcadas pelo Phatos (sentimento), ocasionando uma prevalência da razão econômica e da razão estatal, que permanecem cada vez mais, acima das outras ações humanas. Nesse sentido, o Pathos (valores de justiça, solidariedade e paz) é o aspecto humano que deve ser reforçado pela educação integral para que se estabeleça como novo Ethos (comportamento humano) que demarque as relações humanas (COSTA, 2008).

No ano de 2009, enquanto tutor à distância de uma das turmas do curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), o qual mais a frente será detalhado, eu pude mediar debates e trocas de experiências entre as cursistas que, naquele caso específico, eram todas professoras de redes municipais. Aquele curso foi o primeiro contato mais concreto que tive com as teorias que encampavam o tema gênero. O material utilizado, bem como as diversas estratégias sugeridas e apresentadas no referido material disponibilizado pelo curso, foram muito didáticos e lúdicos, facilitando muito a compreensão das teorias nele presentes. Ao mesmo tempo, a experiência docente das 30 cursistas possibilitou-me um grande acréscimo de conhecimento sobre alternativas didáticas e vivências pedagógicas, as quais permeiam somente a carreira profissional ou fazem-se presentes em momentos de trocas, como os que o curso possibilitava.

O emprego da abordagem às desigualdades e diversidades presentes na escola, soou-me como a descoberta de algo novo, pois essa perspectiva vinha carregada de

elementos que surgem no cotidiano do ambiente escolar. A parir daí, passei a observá-la não mais como uma sugestão geral, que não se aproxima das particularidades específicas daquela rede escolar, conforme ocorre quando entramos em contato com teorias e/ou manuais que trazem uma realidade que não se relaciona tanto com aquela vivenciada.

Foi após o término da graduação, ao longo do exercício da tutoria desse curso do GDE, que me dei conta de que a complexidade e importância dos estudos de gênero e diversidades étnicas e raciais, ou religiosas, por exemplo, começam a ser vivenciadas no espaço micro – família e escola -, para em seguida serem reproduzidas no espaço macro – sociedade. Pensar essas situações já no espaço escolar, que pressupõe um ambiente privilegiado para o desenvolvimento da identidade, compreensão do outro e do mundo que o cerca, é uma tarefa que a escola não pode se omitir a realizar.

Diante das falas expostas por professores que serão citados nesse trabalho, e que se integram à mesma vivência que tive com o GDE, é que fiz questão de registrar aqui a importância complementar que esse curso de extensão tem na formação de milhares de profissionais desse país. Fazendo-me perceber que ele fez a diferença não só em minha forma de enxergar essas diferenças, mas também em outros profissionais de contextos bem semelhantes ao meu.

A prática docente quando já me parecia madura, aos poucos, apresentara-me novos problemas, diante dos quais, muitas vezes, faltavam-me soluções ou maneiras de resolvê-los. Passava-me a impressão de falta de maior aprofundamento nas atividades rotineiras desempenhadas, o que me fazia, por inúmeras vezes, pensar em elevar meus conhecimentos para além da graduação. Tal inquietação trouxe-me ao Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Sociais (MPCS), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), o qual frutificou nesta pesquisa à medida que estratégias didáticas e pedagógicas voltadas para a sociologia puderam ser melhor interpretadas ou mesmo adquiridas.

Dessa maneira, foram os acertos e desacertos que me fizeram pesquisar sobre a atuação e o funcionamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco, até a concretização deste trabalho, que reúne

algumas das mais destacadas práticas voltadas a gênero e ensino médio no estado. É fato que muitas outras unidades escolares obtiveram experiências significativas e não apareceram aqui. No entanto, tive que me limitar a um número reduzido de casos em diferentes regiões, os quais me foram recomendados pela SecMulher como experiências exitosas. No âmbito das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, adotadas em Pernambuco, a institucionalização de uma articulação dessa política pública com a escola de ensino médio se revela como uma ação pioneira no Brasil e que tem se destacado pela possibilidade de propagação dos diálogos de conscientização e esclarecimento acerca do problema social que é a violência contra a mulher.

2 GÊNERO E EDUCAÇÃO EM CONTEXTO

Os estudos de gênero possuem uma origem política ligada aos movimentos feministas de diferentes lugares e períodos históricos. Além disso, têm sido objeto de pesquisa a partir de abordagens diversas nas instituições de ensino e pesquisa. Neste capítulo, faz-se um recorte desses períodos e estudos para contextualizar o tema gênero e educação de acordo com os propósitos desta dissertação, qual seja: o de compreender o processo de institucionalização dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher nas escolas de Ensino Médio de Pernambuco.

Na primeira seção do capítulo, reporto-me aos estudos de Joan Scott e Linda Nicholson, relacionando-os à educação básica. Também trato da consolidação dos estudos de gênero no Brasil, utilizando como referência as autoras Adriana Pisciteli, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj. Na segunda seção, serão aprofundadas as relações entre gênero e educação de acordo com as acepções de Guacira Lopes Louro, Cláudia Viana e Sandra Unbenhaum.

2.1 Gênero como ponto de partida

Pode-se eleger a obra O Segundo Sexo, escrita em 1949, por Simone Beauvoir, como ponto de partida desta discussão a respeito de gênero. A autora, ao afirmar que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher", contribuiu com uma nova compreensão de como a sociedade atribui determinadas funções sociais aos indivíduos a partir de seu sexo biológico. Aliás, essa contribuição entrou de vez na discussão a respeito de gênero e educação com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015. Uma das questões do exame foi formulada da seguinte maneira:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.
>
> Beauvoir, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

> Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca:
>
> a) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
>
> b) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
>
> **c) organização de protestos púbicos para garantir a igualdade de gênero.**
>
> d) oposição de grupos religiosos para impedir os casamento homoafetivos.
>
> e) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.
>
> (INEP, Exame Nacional do Ensino Médio, 2015, grifos meus)

A resposta correta para a questão acima, alternativa "c", que contextualiza os movimentos feministas europeus das décadas de 1960 e 1970, coloca uma outra questão. Afinal, o que é gênero? A historiadora estadunidense Joan Scott fornece os caminhos para a compreensão do conceito e a forma pela qual ele pode ser utilizado para compreender os diferentes períodos históricos do feminismo e da produção acadêmica correlata. Em seu trabalho intitulado Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1990), a autora define um novo marco interpretativo acerca dos estudos de gênero ao abordá-lo na perspectiva das relações sociais de poder. Sua análise trata do modo como as relações de gênero pautaram historicamente os processos sociais até chegar à questão da fundamentação do poder entre os indivíduos. Conforme destaca-se:

> O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder politico foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1990, p. 27).

Joan Scott, para definir o sentido da categoria gênero, vai além da oposição binária masculino/feminino. A autora elege a dimensão política implicada nas diferenças entre homens e mulheres, propondo uma definição que se tornou clássica

para as estudiosas da área: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21).

Para Scott, essas relações expressam-se por meios distintos que podem ser identificados segundo quatro principais elementos. O primeiro tem uma dimensão simbólica, que se materializa culturalmente por meio de estereótipos daquilo que é atribuído aos universos masculino e feminino. Em segundo lugar, aparecem os conceitos normativos que delimitam as interpretações do sentido dos símbolos culturais. Em terceiro lugar, a autora refere-se à noção do político, isto é, do conflito por trás dessas oposições que não são naturais e muito menos fixas. Por último, o quarto elemento seria aquele relacionado com a identidade subjetiva dos sujeitos (SCOTT, 1990, pp.21-23).

Esse aspecto diferenciado da abordagem de Scott (1990) assume posição de destaque entre as teóricas do feminismo e passa servir de fundamentação para os estudos de gênero desenvolvidos no Brasil.

Segundo Adriana Piscitelli (1991, p.1-4), é no final da década de 1960 que, a partir dos movimentos feministas, começa-se a estabelecer gênero como um conceito que viabilizou maior consistência e inovação às interpretações da situação da mulher, caracterizando-se como um grande marco nessa área. De acordo com a autora, após muitas lutas por direitos e contra diferentes formas de opressão às mulheres, nos países ocidentais europeus, nas décadas de 1920 e 1930, uma nova percepção sobre as desigualdades entre os sexos originou-se a partir pensamento feminista, propagando-se rapidamente ao longo da década de 1970. Na emergência desses movimentos, estava presente a ideia de que a subordinação feminina deriva da conjuntura de fatores que estruturam socialmente a ideia de como a mulher deve ser.

Segundo Heilborn e Sorj (1999), o ganho de espaço e destaque do movimento feminista e dos estudos de gênero no Brasil ocorreu na década de 1970. De acordo com as autoras, aqui o feminismo seguiu uma linha mais branda de enfrentamento à opressão feminina, uma vez que a parte sólida de suas representantes estava nas universidades.

Por isso, esse movimento adquire um formato inicial já repleto de estudos do meio universitário se comparado com aquele que o influenciara, ou seja, uma vez que os movimentos feministas norte-americanos, já consolidados também nas universidades, foram, antes de tudo, ligados a movimentos de protesto ocorridos dentro das universidades, como os movimentos raciais, e tinham a forte crítica ao esvaziamento político dos estudos feministas praticados nas universidades e instituições de ensino superior.

Para Heilborn e Sorj (1999), as feministas brasileiras, já ligadas aos centros de pesquisa universitários, absorvem grande parte desses estudos desenvolvidos nas universidades americanas. No entanto, as produções que aqui chegaram, vieram sem grande parte da carga política que se fazia presente nos movimentos feministas de lá. Daí, segundo as autoras, haver um abrandamento dos movimentos aqui no Brasil. Esses, por sua vez, recebiam fortes influências das universidades brasileiras, onde não se planejava um reavivamento da causa da mulher na ciência. As universidades ocupavam-se mais com pesquisa social em geral, sem direcionar tanto os seus esforços para o melhor estabelecimento de um campo mais politizado sobre a mulher dentro das ciências sociais.

Nesse sentido, o conceito de gênero começa a ser aplicado, aqui no Brasil, com um formato mais aceito nas universidades para se pensar a exploração da mulher na sociedade brasileira:

> Os Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou de Relações de Gênero foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira.(...) A partir da década de oitenta observa-se uma gradativa substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, como identificador de uma determinada área de estudos no país. Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino (HEILBORN e SORJ, 1999, p.4)

Ainda com base na literatura citada, compreende-se que no Brasil, os estudos sobre a mulher assumem a partir da década de 1980, um critério mais voltado para as maneiras como os papéis sociais são atribuídos aos indivíduos, caracterizando-se daí então como estudos de gênero. Esse campo do conhecimento, a partir da década de 1980, passa a ter legitimação científica, devido a sua emergência nas universidades, especificamente dos centros de ciências humanas, substituindo o termo mulher pelo termo gênero em suas pesquisas.

Uma outra perspectiva que permite contextualizar a institucionalização dos estudos de gênero é a de Linda Nicholson (2000), que retoma a questão da orientação do movimento feminista da década de 1960. Segundo a autora, os movimentos desse período eram baseados num binarismo estabelecido para as práticas de gênero, que eram designadas a homens e mulheres, e apoiadas na apropriação de uma forma de interpretação de sua causa, inspiradas na desnaturalização do caráter humano de viés marxista. Ou seja, a interpretação mencionada, aparece primeiramente na destacada perspectiva a qual Karl Marx, trata a formação do caráter identitário humano ou simplesmente caráter do indivíduo como um sujeito resultante das influências e estímulos vivenciados socialmente. O argumento marxista rompe com os discursos antecessores ao seu discurso, uma vez que os outros preconizavam a subjetividade dos indivíduos como algo estabelecido fundamentalmente pelo determinismo biológico, e não pelas construções sociais as quais o ser se expõe ao longo de uma vida. Nesse sentido, o raciocínio das feministas da daquela década, vai incorporar esse argumento, que as levava a desvincular-se do determinismo biológico sobre a subjetividade do indivíduo.

Linda Nicholson (2000) aponta que o sexo biológico, de certa forma, ainda era considerado pelos movimentos feministas daquele período. Ela atribui a essa ligação entre elementos biológicos, comportamentais e de caráter, o termo fundacionalismo biológico, como forma de traçar comparativos com o determinismo biológico. Segundo a autora, essa adequação serviu positivamente para dar início à estruturação do conceito de gênero. No entanto, possui um ponto a ser reconsiderado, uma vez que apresenta as diferenças entre homens e mulheres utilizando-se de elementos fisiológicos. Esse dado

não significa uma recusa dos elementos físicos, mas sim uma conexão com esses elementos na apresentação de um novo conceito.

O que deve ser frisado, no estudo Linda Nicholson (2000), é sua preocupação com o equívoco que se pode estar cometendo quando se emprega o termo gênero de maneira associada ao fisiológico, uma vez que se costuma estabelecer padrões baseados em caracteres físico-corporais, acarretando, em última instância a marginalização de pessoas que não se adaptam ou não se enquadram em modelos estabelecidos segundo esses princípios biológicos deterministas. A proposta de Nicholson é de abandonar tanto o fundacionalismo biológico como o determinismo biológico. Segundo ela: "Defendo que a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo" (NICHOLSON, 2000, p. 14).

Tal argumento tem como premissa a ideia de que a estruturação das relações sociais é estabelecida a partir de uma dualidade: entre aquilo que deve ser para homens e aquilo que deve ser para mulheres. Essa divisão não permite a inclusão de pessoas não especificadas nesse sistema. Ao contrário, coloca-as fora daquilo que se estabeleceu como padrão a partir de um binarismo biológico corporal, que são historicamente e culturalmente construídos por discursos que envolvem a subjetividade humana. Daí a ideia da autora de que se faz necessário problematizar essa dualidade histórica à medida em que o estudioso consiga também despir-se dessa dualidade homem/mulher.

Esses espaços e tempos de questionamento da visão determinista biológica a respeito dos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens tem sua interface com a área de educação. A discussão panorâmica a respeito do que significa gênero, qual o alcance analítico dessa categoria e a forma pela qual se enraizou, tanto no movimento feminista quanto nos estudos acadêmicos, permite focalizar a escola como um espaço de produção e reprodução das desigualdades, tópico a ser abordado na seção seguinte.

2.2 Gênero na educação

Ao tratar das questões de gênero, educação e escola, é necessário que se estabeleça uma fundamentação conceitual numa forma de conceito da definição de sexo, bem como resgatar algumas políticas que deram início à introdução do tema no sistema de ensino.

Retomo a problemática a partir de Guacira Lopes Louro (1992), pesquisadora que se destaca na área de estudos de gênero e educação. Para ela, o conceito de gênero não deve ser apresentado como algo estável ou sedimentado. Ao contrário, diz respeito a algo dinâmico e em transformação, uma vez que o tornar-se homem ou mulher não seria um simples elemento estabelecido pelo nascimento, pois as identidades são construídas ao longo do desenrolar da vida social, através de atividades sociais masculinizantes ou feminilizantes, a partir daquilo que for compreendido em cada sociedade como atributo masculino ou feminino.

De acordo com Guacira Lopes Louro (1992), a expressão gênero vem a ser utilizada não de forma restrita à diferenciação física entre homens e mulheres, e sim sob a condição de retratar os papéis sociais colocados como femininos e masculinos. Em outras palavras, não é a diferença sexual de homens e mulheres que delimita as questões de gênero, mas a maneira como ela é representada na cultura, de forma que a diferença sexual anatômica não deva ser pensada isoladamente nas interações sociais e culturais estabelecidas entre as pessoas.

A respeito das questões de gênero na educação, Louro (1992) chama atenção para as práticas escolares que produzem "diferenças, distinções e desigualdades", uma vez que os ritos, a forma de organização escolar e as linguagens que perpassam a ação do docente produzem meninas e meninos. Expresso de outro modo esse argumento:

> No campo teórico, a abordagem do tema gênero e educação parte do pressuposto de que a escola é mais um dos lugares da produção e reprodução das desigualdades. Fora do espaço de convívio em família, da infância à juventude, os estereótipos masculinos e femininos são reforçados ao longo da carreira escolar. Isso causa impactos diretos e indiretos em crianças e jovens no que diz respeito à constituição de identidades, exercício da sexualidade,

> sucesso e permanência escolares, acesso à educação superior, escolha de carreiras, etc (GUEDES; ZARIAS, 2015)

Gênero surgiu como terma transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais 1997. No Plano Nacional de Educação-PNE de 2001, foi estabelecida a retirada de textos discriminatórios ou que gerem estereótipos sobre o papel da mulher, negro ou índio, como critério de avaliação de livros didáticos (VIANNA; UNBEHAUM, 2006).

Ainda, conforme Vianna e Unbehaum (2006), a referida promoção da igualdade de gênero, que vem sendo mencionada aqui, agora sob o contexto internacional, foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma medida de grande necessidade para a materialização de melhorias nas condições de vida das pessoas. Sendo assim, foi buscando avanços sociais em 2000, que o fomento de incentivos à promoção de igualdade de gênero foi apresentado como algumas das metas da Declaração de Jomtien, elaborada em 1990 na Tailândia, em Conferência Mundial de Educação para Todos, de maneira que a educação para a igualdade entre meninos e meninas possa ser compreendida como um elemento fundamental de cidadania e do fortalecimento da democracia.

A inclusão dos temas de gênero e educação, no sistema educacional brasileiro, encontrou, em órgãos internacionais, uma importante fonte de inspiração e pressão para ampliar o conjunto de direitos. Também foi reflexo das reivindicações e lutas dos movimentos sociais (WELLER; PAZ, 2010). O que se pode, em outras palavras, evidenciar ainda um significativo amadurecimento dos estudos e políticas educacionais voltados às questões de gênero e focalizados também no ensino médio além de outros espaços políticos. Acrescenta-se ainda a reflexão de que a igualdade de gênero não deve mais ser abordada como uma demanda pontual das práticas escolares, mas que se insira no currículo educacional, estando presente nos projeto políticos pedagógicos das escolas.

Contudo, para que esses anseios realmente se façam presentes nas escolas como esperado, são necessárias, dentre outras medidas, uma reorganização ou revisão curricular que inclua na formação docente a perspectiva de temas transversais como

gênero, raça/etnia e sexualidade. À medida que daria também um passo à frente no que tange à ideia de construção de normatividades em áreas específicas e nas instituições sociais, como apresenta Joan Scott (1989, p.21). Melhor dizendo, esse seria um passo inicial na desconstrução de normatividades há tempos estabelecidas e perpetuadas nas escolas para enfim uma reconstrução agora sob o prisma da igualdade de gênero.

As instituições escolares têm significativa contribuição na construção das identidades de gênero, sexuais, de raça, de etnia, de cultura, etc., ensinando modos de ser, estar e comportar-se socialmente. Assim, é no cenário escolar que o silenciamento de algumas questões, gestos, brincadeiras e utilização de alguns materiais didáticos contribuem na construção na feminilidade e masculinidade (BARROS; RIBEIRO, 2010). Nesse sentido, a instituição escolar torna-se um lugar que favorece o agrupamento por gênero. Tal fato pode ser exemplificado em situações de separação dos banheiros por sexo, da formação de filas de meninos e meninas e a separação de sexos nas atividades de educação física.

Em tempos atuais, na escola torna-se imprescindível a abordagem das questões de gênero, uma vez que a compreensão das relações desiguais entre os sexos, de como se constroem e se estabelecem em nossa sociedade é fundamental para qualquer proposta curricular (VIANNA; UNBEHAUM, 2006).

As discriminações de gênero, étnicas, raciais e por orientação sexual são produzidas e reproduzidas em diversos espaços sociais, tais como a família e a mídia (impressa, televisiva, radiofônica, etc.). Infelizmente, a escola também é uma dessas instituições sociais, contribuindo assim para a construção do ser menino e ser menina na sociedade.

Embora o Brasil tenha a atual Constituição fazendo menção ao âmbito da igualdade, considerando que das seis Constituições elaboradas nesse país desde 1824 até a que se encontra em vigor hoje, a de 1988, somente a atual, com 27 anos de criada, conseguiu tratar com igualdade as populações indígenas, afrodescendentes e mulheres, eliminando qualquer resquício de permissão ao tratamento discriminatório seja por etnia, raça, sexo, crença religiosa ou orientação sexual, como fruto de muitas disputas entre grupos sociais ao longo dos anos, o que se faz perceber que embora esse país

tenha elaborado Constituições anteriormente, pode-se dizer que essa é a que mais segue os preceitos democráticos e as noções dos Direitos Humanos, conforme se encontra no artigo 5° dessa mesma constituição:

> "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade," (BRASIL, 1988).

Apesar dessa perspectiva universalista do direito, que declara igualdade a todos, ainda são fortes os contrastes entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres no Brasil. Essas diferenças transcendem questões históricas, fazendo-se presentes no acesso à educação, saúde, qualidade de vida, inserção no mercado de trabalho, acesso à informação, à justiça e cidadania. Mesmo depois da Constituição Federal de 1988, marco no Brasil na luta contra o preconceito de gênero, bem como de leis e metas mais recentes que tratam do assunto visando à eliminação da discriminação contra a mulher, a realidade educacional vivenciada no país nos leva a refletir sobre o que, de fato, foi priorizado nas políticas públicas de educação, no que se refere à inclusão de demandas relativas às relações de gênero.

Na educação, esse fato resulta na pouca visibilidade de mudanças concretas nos currículos de formação docente e na prática docente que incorpore a perspectiva de igualdade de gênero (VIANNA; UNBEHAUM, 2006). Portanto, ações voltadas para a formação profissional, no sentido de incluir temáticas sobre as questões de gênero, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer o combate à discriminação entre homens e mulheres.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio expressam em sua Política da Igualdade a busca da equidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável e a outros benefícios sociais. Essa política também abrange o combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física (BRASIL, 2000).

Inúmeras são as frentes que encaram o gênero como assunto que precisa ser discutido na educação. No Programa Nacional do Livro Didático de Sociologia de 2012 (PNLD), por exemplo, nota-se que devido às muitas demandas escolares, o gênero e a sexualidade fazem parte dos novos temas e devem ser apresentados ao aluno pelo livro didático, demandando também grande esforço do professor uma vez que o livro não oferece suporte teórico aprofundado.

Na prática, muitas escolas não estão preparadas para trabalhar as questões de discriminação que permeiam nossa sociedade, seja por deficiência de capacitação dos educadores, ou por insuficiência das políticas públicas educacionais.

Sabendo que a escola tem o potencial de atuar na mudança das desigualdades de gênero, muitas vezes determinando maneiras de definir e viver as feminilidades e masculinidade (BARROS; RIBEIRO, 2014), este espaço pode ser transformado em terreno fértil para a promoção do rompimento de paradigmas históricos, culturais e sociais que envolvem as questões de desigualdade entre mulheres e homens. Dessa forma, a introdução desses assuntos no cotidiano das escolas e nos conteúdos das disciplinas curriculares é fundamental para mudanças mais efetivas nas diferenças entre os sexos, que não se restrinja somente ao acesso igualitário de meninos e meninas à educação.

No plano local, Pernambuco lançou as Orientações Curriculares Pedagógicas para a Educação em Direitos Humanos em 2012. Esse documento contém ideias para o desenvolvimento de atividades e vivências interdisciplinares sobre vários temas, tais como raça, gênero e diversidade sexual, respeito às diferenças, questões ambientais e de sustentabilidade. Esse caderno compila discussões divididas em oito eixos temáticos nos quais permeiam conteúdos de outras disciplinas curriculares. Nas orientações há um capítulo específico para conteúdo de gênero, o qual conceitua o termo, bem como discute sua relação com a violência contra a mulher a partir de dados estatísticos.

Além dessas orientações, a Seduc-PE, no ano de 2013, lançou Os Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, que se apresenta em um caderno diferente para cada disciplina, com exceção de filosofia e sociologia, que dividem o mesmo caderno, intitulado de Parâmetros Curriculares de Filosofia e Sociologia para o

Ensino Médio. Nesse documento, a disciplina de sociologia aparece como responsável pelo desenvolvimento de determinadas "expectativas de aprendizagem", as quais se relacionam diretamente com o conceito de gênero, de acordo com o quadro abaixo.

Quadro 1. Expectativas de Aprendizagem de Sociologia para o Ensino Médio

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	1º	2º	3º
2. CULTURA IDENTIDADE E DIVERSIDADE	EA1. Compreender a relação ser humano/cultura no processo de humanização e constituição dos diferentes grupos socioculturais	X	X	
	EA2. Identificar e sistematizar os elementos que caracterizam as culturas em diferentes sociedades, cultura material e imaterial, bem como reconhecer o patrimônio cultural existente.	X	X	X
	EA3. Identificar e compreender os processos de interação social, cultural e intercultural, de relações étnico-raciais e de gênero; os movimentos culturais, inclusive a contracultura, e seus impactos na vida política e sócia.	X	X	
	EA4. Apreender o conceito de identidade cultural, percebendo a si e ao outro no contexto da diversidade.	X	X	
	EA5. Identificar, reconhecer e valoriza as manifestações e representações da diversidade cultural, respeitando as diferenças e promovendo estratégias de inclusão.	X	X	
	EA6. Analisar os processos ideológico-políticos de produção e sustentação da indústria cultural.		X	X

Fonte: Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. (PEBEPE, 2013)

Foi nesse contexto histórico de discussão e de produção de estudos relacionados com o tema gênero e educação, que as Secretarias de Educação e da Mulher de Pernambuco se articularam para a criação de Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Os núcleos, cuja institucionalização é o objeto desta dissertação, têm como objetivo promover ações de formação e pesquisa em gênero e educação, envolvendo profissionais e estudantes da rede estadual, a fim de incentivar ações educativas que possam gerar uma nova consciência de valorização da

mulher, promovendo mudanças na relação entre alunos e alunas dentro e fora do ambiente educacional. Até 2013, sessenta Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) no Estado haviam firmado parceria com a Secretaria da Mulher na implantação dos núcleos. Na capital pernambucana, 38 escolas já trabalhavam a temática (PERNAMBUCO, 2013).

O objetivo deste capítulo foi o de contextualizar o campo de institucionalização dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à violência contra a Mulher, tendo como justificativa para esse estudo, o fato de considerar de grande relevância para a discussão sobre as relações de gênero, não somente nos documentos oficiais como LDB 12.796 - 2013*,* OCNEM 2006 e DCNEM 2013 e SM no espaço escolar O mais concreto, especificamente no cotidiano escolar do ensino médio no Estado de Pernambuco. O que gera por consequência a análise de fatores a serem analisados que promovam a reflexão individual e coletiva que contribuam para a superação da discriminação de gênero.

O capítulo a seguir apresentará dados descritivos acerca de quadro em que o Brasil se encontra no combate à violência contra a mulher. Em seguida, tratará das políticas públicas nessa área, aprofundando-se na implementação dessas políticas pela Secretaria da Mulher de Pernambuco em diversas Escolas de Referência em Ensino Médio.

3 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é contextualizar a criação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres segundo duas perspectivas. A primeira delas diz respeito à questão de gênero como tema de políticas públicas na área de educação. A partir dessa problemática, descreve-se o processo de criação dos núcleos de acordo com as políticas desenvolvidas no âmbito da SecMulher de Pernambuco. A segunda perspectiva diz respeito ao fenômeno da violência contra a mulher, um dos motivos da criação dos núcleos, sendo um dos temas principais de discussão nas escolas onde funcionam.

3.1 Educação em gênero como política pública

Para situar os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco, no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras, foi preciso saber do que estamos tratando quando nos referimos ao tema gênero e educação. Nessa área, classicamente, estudos e políticas públicas referem-se à educação formal, aquela própria ao espaço escolar, em diferentes níveis. No que diz respeito ao conceito de gênero, como destacado no capítulo anterior, adotam-se diferentes abordagens metodológicas e perspectivas teóricas para dar conta das desigualdades sociais entre mulheres e homens.

No campo teórico, a abordagem do tema gênero e educação parte do pressuposto de que a escola é mais um dos lugares da produção e reprodução das desigualdades. Fora do espaço de convívio em família, da infância à juventude, os estereótipos masculinos e femininos são reforçados ao longo da carreira escolar. Isso causa impactos diretos e indiretos em crianças e jovens no que diz respeito à constituição de identidades, exercício da sexualidade, sucesso e permanência escolares, acesso à educação superior, escolha de carreiras, etc.

Outro ponto de partida para a contextualização do tema gênero e educação são

as políticas públicas no Brasil. De acordo com Vianna e Unbehaum (2004), gênero aparece efetivamente em nossas políticas educacionais somente com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL,1997), em seus temas transversais, especificamente aquele que trata da "orientação sexual. Para as autoras, no Plano Nacional de Educação de 2001, a palavra gênero aparece como um dos elementos a serem observados na produção e avaliação de livros didáticos e também na formação de professores.

Também é possível acrescentar a respeito do PNE 2001 a diretriz relacionada com a produção de indicadores de gênero, a partir de dados administrativos, para a formulação de políticas públicas de educação. Infelizmente, a palavra "gênero" foi suprimida do atual Plano Nacional da Educação (2014), um evidente retrocesso que reverberou na elaboração dos planos estaduais e municipais, provocando uma série de debates que, de um lado, opôs os movimentos feministas, os de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) e de direitos humanos e, de outro, bancadas parlamentares religiosas de diferentes credos. Com a supressão do conceito, apagou-se da legislação um histórico de conquistas históricas acumuladas desde o período de redemocratização do Brasil.

Para Maria das Graças Rua (1998, p. 1-2), política pública é a junção de ações estrategicamente conectadas para atingir determinado fim requerido por atores sociais. Pressupõe-se que uma considerável fatia dos feitos políticos é decorrente de necessidades requeridas pelos diversos atores sociais, e que serão administradas a partir do uso da coerção pura e simples, o que pode torná-la mais cara e menos eficiente, ou em segundo caso, por meio da política. Na visão de Celina Souza (2006), a questão é colocada da seguinte maneira:

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006)

Essas definições possibilitam aprofundar a contextualização, feita até o momento, dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher. A partir delas, ficam mais claros os vínculos históricos das políticas educacionais com o conjunto de demandas dos movimentos feministas e a produção teórica decorrente. Mas resta ainda situar quem são os atores sociais envolvidos com esse processo e de que forma ele ocorreu.

Segundo Graças Rua (1998, p. 5), os diferentes grupos sociais, que apresentam suas demandas aos governos em busca de resoluções, são normalmente caracterizados como atores políticos, os quais se diferenciam inicialmente em atores públicos e atores privados.

Os atores públicos são aqueles que possuem cargos públicos e, por isso, de alguma maneira institucional, detêm condições de intervenção em determinados recursos. Nesse grupo, diferenciam-se ainda os políticos e os burocratas. Os atores que são eleitos para desempenhar funções e cargos temporários são chamados de políticos. São chamados de burocratas aqueles que exercem uma função de carreira que exige conhecimento específico e comprovado sobre determinada função.

Os atores privados são assim denominados pela ausência de ligação direta ou de vínculos institucionais com o âmbito da instituição pública. Esses são subdivididos em 4 subgrupos: empresários, trabalhadores, agências internacionais e a mídia (RUA, 1998, p.6). O grupo detentor de empresas consegue exercer forte influencia nos atores públicos. Em segundo plano de destaque, entre os atores privados, encontram-se os trabalhadores, geralmente articulados em prol de suas causas trabalhistas por meio de grupos sindicais, que muitas vezes estão ligados à política. O terceiro posto de influência atribui-se às organizações internacionais que se conectam aos governos oferecendo ajuda por meio de financiamentos a determinadas políticas públicas. Por último, aponta-se o poder da mídia sobre as discussões de políticas públicas, podendo tentar estimular um discurso específico e neutralizar outro.

Ao tratar-se de gênero, educação e políticas públicas, é bom sublinhar que a posição desses atores é relativa. Foi visto que o movimento feminista pautou boa parte das conquistas relacionadas com os direitos das mulheres no Brasil. Algumas de suas representantes ocuparam, ou ainda ocupam, postos governamentais. No país, essa agenda teve forte influência de movimentos feministas estrangeiros, consolidou-se por meio de organizações não governamentais (ONGs), e ainda conta com apoio de agências internacionais, além de ter forte presença na mídia.

A despeito disso, movendo-se do plano teórico e normativo para o prático, é preciso citar as ações promovidas pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). A partir de 2006, por iniciativa desses órgãos, iniciou-se o projeto piloto do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) para formação de professoras e professores da educação básica. Desde 2010, o GDE é ofertado nas modalidades de extensão ou especialização, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inovação (SECADI), em IES conveniadas com a Universidade Aberta do Brasil (UAB). De acordo com a SPM, até 2014, 40 mil pessoas tinham realizado o curso[1].

Em Pernambuco, gênero integra efetivamente as políticas de educação do estado depois da criação da Secretaria Especial da Mulher, em 2007, a qual passou à categoria de secretaria de estado em 2011. Com a Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação em Gênero, a SecMulher passou a realizar diversas ações, na área de educação, destacando-se o Programa de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão em Gênero, cujas ações compreendem a criação: do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero[2]; dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a

[1] Informação disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/educacao-cultura-e-ciencia/programas-acoes. Acesso em 6 de setembro de 2015.

[2] De acordo com a SecMulher: "O prêmio é uma seleção pública que tem por objetivo estimular a reflexão e o debate crítico sobre as relações de gênero, assim como a produção teórica sobre o tema no âmbito do ensino formal. Podem concorrer ao prêmio estudantes do ensino médio, técnico subsequente, graduação e pós-graduação; além de professores e professoras do ensino médio e técnico subsequente". Participam da organização do PNTG: as Secretarias Estaduais da Mulher, de Educação, de Ciência e Tecnologia, e de Planejamento de Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), FACEPE, FUNDARPE, FUNDAJ. Para cada edição do prêmio, houve um seminário com os professores e

Mulher; do primeiro curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas; e da promoção de pesquisas para subsidiar políticas públicas em Pernambuco. De acordo com a SecMulher, os núcleos:

> Têm como objetivo a realização de ações de formação e pesquisa em gênero e educação, envolvendo profissionais e estudantes, através da reflexão e discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, como estratégia para combater o preconceito e fundamentar a construção de uma práxis comprometida com a luta das mulheres. Neles, portanto, está depositada a confiança na transformação que precisam passar os papéis de homens e mulheres nas novas gerações, fortalecendo o processo de ruptura com o paradigma patriarcal. (SECMULHER, 2013, p. 45)

Note-se a ênfase dada pela SecMulher para as desigualdades sociais entre mulheres e homens, delimitando, assim, o campo semântico que gravita em torno do conceito de gênero. Diferentemente das políticas educacionais brasileiras mais gerais que aproximam o conceito de gênero das questões relacionadas com a diversidade sexual, a SecMulher reforça a agenda por direitos dos movimentos feministas em várias frentes. Para exemplificar esse compromisso, basta analisar os temas propostos pelos editais do Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (PNTG) entre os anos de 2007 e 2005.

O primeiro PNTG de 2007 abrangeu cinco temas: 1) Violência Doméstica e Sexista; 2) Inserção das Mulheres nos Espaços de Poder; 3) Mulher e Meio Ambiente; 4) Mulher e Cultura; 5) Agricultoras Familiares e Reforma Agrária. No ano seguinte, em 2008, foram acrescidos mais outros três: 1) Feminização da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis; 2) A participação da mulher negra na formação da sociedade pernambucana; e 3) A participação da mulher indígena na formação da sociedade pernambucana.

Em 2014, "mulher" cede espaço à palavra "gênero" no edital do PNTG. O edital passa a somar 18 temas que se repetem em 2015. São eles: 1) Violência de gênero contra as mulheres nos espaços doméstico e público; 2) Gênero e educação; 3) Gênero e

---

professoras nas 17 Gerências Regionais de Educação do Estado. Informação disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/premio. Acesso em 10 de setembro de 2015.

ciência; 4) Inserção das mulheres nos espaços de poder; 5) Gênero e políticas públicas; 6) Gênero, trabalho e empreendedorismo; 7) Gênero e saúde; 8) Gênero e geração; 9) Gênero e gravidez na adolescência; 10) Gênero e diversidade sexual; 11) Gênero e raça; 12) Gênero e etnia; 13) Gênero e mídia; 14) Gênero e expressões culturais e artísticas; 15) Gênero e meio ambiente; 16) As relações de gênero no âmbito rural; 17) As relações de gênero na pesca artesanal; e 18) Gênero e práticas esportivas.

Diversidade sexual passa a figurar nos editais do PNTG somente em 2012. Educação figura a partir de 2009, mas abrangida pelo tema "Patriarcado: educação e cultura". A expressão "Gênero e educação" é tema somente a partir de 2014.

Tomamos o PNTG como referência, pois ele funciona como uma espécie de indutor de estudos e pesquisas e produção cultural, contemplando diferentes modalidades de premiação. Em 2015, os trabalhos premiados compreenderam: 1) redações de estudantes do ensino médio; 2) artigos científicos de estudantes de graduação e pós-graduação; 3) relatos de experiências pedagógicas de professoras e professores do ensino médio; 4) projetos de experiência pedagógica; 5) roteiro para documentário digital de curta metragem; e 6) reconhecimento institucional para as IES ou escolas do ensino médio com maior número de inscrições aceitas.

Os núcleos podem ser considerados unidades promotoras de ações de formação, pesquisa e extensão, pois, por meio de diversas ações, contribuem para o desenvolvimento de práxis comprometidas com a transformação social, a partir da promoção dos direitos da mulher e da igualdade entre os sexos, e ampliam a discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres nos espaços formais de ensino como estratégia de combate ao preconceito, recebendo o devido apoio de instituições de pesquisa científica, como as que estão envolvidas com o prêmio, como a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para a criação dos Núcleos nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) de Pernambuco, no segundo semestre de 2012, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Educação e Esportes, no quinto dia do mês de dezembro 2011 (PERNAMBUCO, 2012). Desse modo, a Secretaria Executiva de Ensino Profissionalizante mapeou as 17 Gerências Regionais Educacionais (GRE).

Inicialmente, foram instalados núcleos em cinco escolas, sendo elas: Escola de Referência em Ensino Médio de Bezerros, em Bezerros; Escola de Referência em Ensino Médio Professor de Barros Guimarães, em Gloria de Goitá; Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima, em São José do Egito; e Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos, em Afogados da Ingazeira. Dentre as escolas citadas, uma delas fez parte da amostra dessa pesquisa.

Buscando uma soma de força e esforços para o desenvolvimento desses núcleos, a Secretaria de Educação de Pernambuco vem acompanhando, conjuntamente com a SecMulher, as ações desses grupos dentro das escolas. Atualmente, só nas Escolas de Referência em Ensino Médio, existem cerca de 60 Núcleos de Gênero. Inseridos na Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação em Gênero, através do Programa de Formação em Gênero no Ensino Formal, os núcleos funcionam como um espaço de referência permanente, possibilitando discussões e orientações sobre a temática, conforme especificam os dados apresentados no Anuário de Secretaria da Mulher (2014). Isso tem permitido às alunas e aos alunos do ensino médio o desenvolvimento de novas práticas culturais e a promoção de uma cultura igualitária a partir do seu empoderamento como sujeitos protagonistas na luta contra a violência doméstica, familiar e sexista; combatendo a reprodução de estereótipos de gênero.

Em Janeiro de 2014, o Governo do Estado assinou um convênio para apoio da formação de gênero na educação do Estado. Por meio de decreto, instituiu o Comitê de Apoio à Formação em Gênero em Pernambuco com o objetivo de garantir o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção da igualdade de gênero. Um dos convênios assinados com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), destinou-se à realização do primeiro Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas, encerrado no ano de 2015 (PERNAMBUCO, 2014).

Ao todo, Pernambuco conta atualmente com 90 núcleos em exercício, sendo 60 estruturados em escolas de ensino médio da rede estadual, e 30 em instituições de nível superior.

O PNTG e a criação dos Núcleos de Estudos de Gênero em escolas do ensino

médio e IES são dois elementos que integram a Política de Formação em Gênero, inédita no Brasil, sendo composta por 6 ações articuladas (PERNAMBUCO, 2014). A outra ação diz respeito à realização de seminários internacionais, totalizando hoje uma soma de quatro eventos já realizados como parte das ações articuladas da Política de Formação em Gênero.

A quarta ação está relacionada com os Encontros de Formação em Gênero para professores e professoras dos núcleos, que buscam compartilhar as experiências vivenciadas. Esses encontros assumem o formato de um rico espaço nos quais se registram as experiências mais exitosas, ou que simplesmente se enquadrariam bem nas características de outras unidades de ensino. Ao todo, em 2014, foram quatro encontros de formação, que tinham separadamente o objetivo de integração (formação, termos e formatos de adesão, elaboração de projetos) ou com o objetivo de avaliação e aferição de atividades.

A realização dos encontros despertou o interesse do Banco Mundial, fazendo com que a organização internacional, a partir de 2015, passasse a financiá-la, buscando alcançar o universo de 300 Escolas de Referência em Ensino Médio de Pernambuco.

Essa ação ainda conta com a elaboração e publicação do Livro Gênero e Educação, como forma de culminância, possibilitando que a riqueza intelectual produzida pelos núcleos possa ser compartilhada com outros educadores e interessados nos temas. O destaque desse ato gerou também o desdobramento de uma ação para as escolas municipais, hoje intituladas de "Maria da Penha vai a Escola", nas unidades escolares de alguns municípios.

A quinta ação articulada diz respeito à formação em gênero com o planejamento da realização de três cursos de especialização em parceria com a UFPE, Fundaj, UPE e Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado. Desses cursos, até o momento, como já foi mencionado acima, apenas o de Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas foi realizado.

Para fechar o elo de ações voltadas para os estudos de gênero, a SecMulher registrou em seu planejamento a criação de um programa de Mestrado e Doutorado em

Gênero. A pretensão é de um público alvo de pessoas que já passaram por algumas das ações anteriores ou que estejam ligadas a organismos municipais de políticas para as mulheres, que estão hoje em 157 dos 184 municípios de PE, seja por pessoas do próprio governo estadual que estão ou estarão nos cursos de especialização. Para isso o Governo de Pernambuco criou uma comissão formada pelos reitores, presidente da FACEPE, da FUNDAJ, secretário de educação e secretária da mulher, para viabilizarem a consecução do plano.

3.2 Os núcleos de estudos de gênero no contexto de combate à violência contra a mulher

No capítulo 1, o Enem 2015 foi utilizado como referência para a abordagem dos temas gênero e educação. Na ocasião, foi citada a questão que trazia um trecho da obra O Segundo Sexo, escrita por Simone de Beauvoir em 1949. Na questão, destacou-se a afirmação da autora "não se nasce mulher, torna-se mulher", a partir da qual se desdobraram os estudos posteriores a respeito do conceito de gênero.

Mais uma vez, recorro ao Enem 2015 para compreender o processo de institucionalização dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres em seu contexto. O exame trouxe a seguinte proposta de redação "A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira". Como material de apoio, os estudantes tiveram cinco textos de referência. O primeiro deles tratava do crescimento do número de mortes de mulheres no Brasil. O segundo, representado por um gráfico, indicava quais eram os principais tipos de violência contra a mulher. O terceiro texto estampava a campanha contra o feminicídio. O quarto e último texto traziam informações do Conselho Nacional de Justiça a respeito dos impactos da Lei Maria da Penha. Vejamos:

PROPOSTA DE REDAÇÃO

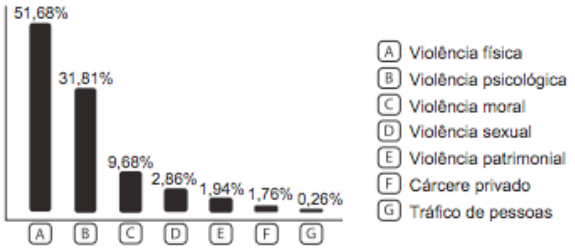
A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II

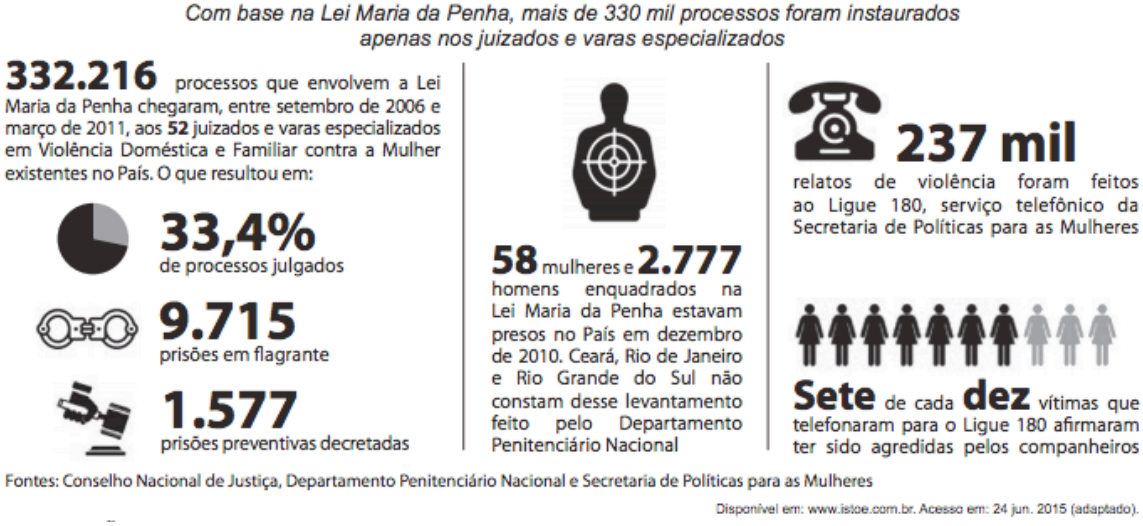


BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanço 2014.** Central de Atendimento à Mulher: Disque 180. Brasília, 2015. Disponível em: www.spm.gov.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO III

Disponível em: www.compromissoeatitude.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV



Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres

Disponível em: www.istoe.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

Fonte: INEP, Enem, 2015

A pertinência e a função estratégica dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres residem exatamente em relacionar um contexto geral de discriminação e violência contra a mulher com as políticas públicas de educação.

Não é por acaso que o Enem 2015 trouxe o tema à tona. As políticas públicas relacionadas com o tema violência contra a mulher ganham cada vez mais destaque no cenário nacional. Isso se dá pelo interesse de determinados atores sociais, que buscam mudar a conjuntura de fatores sociais e culturais que geram um saldo alarmante de casos decorrentes de preconceito de gênero, discriminação, violência e mortes de mulheres no Brasil.

Basta analisar os últimos cinco anos, nos quais o quantitativo de homicídios de mulheres tornou-se maior que a maioria das outras nações. O Brasil fica atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. Ocupando a 5° posição entre os países em que se mais matam mulheres (Mapa da Violência, 2015), o governo brasileiro tem desenvolvido uma diversidade de estratégias para contornar a realidade que o coloca em posição de destaque negativo dentre 83 países que fazem parte do ranking mundial de feminicídio. No gráfico abaixo, observa-se a elevação da taxa de homicídios de mulheres entre os anos de 1980 e 2013:

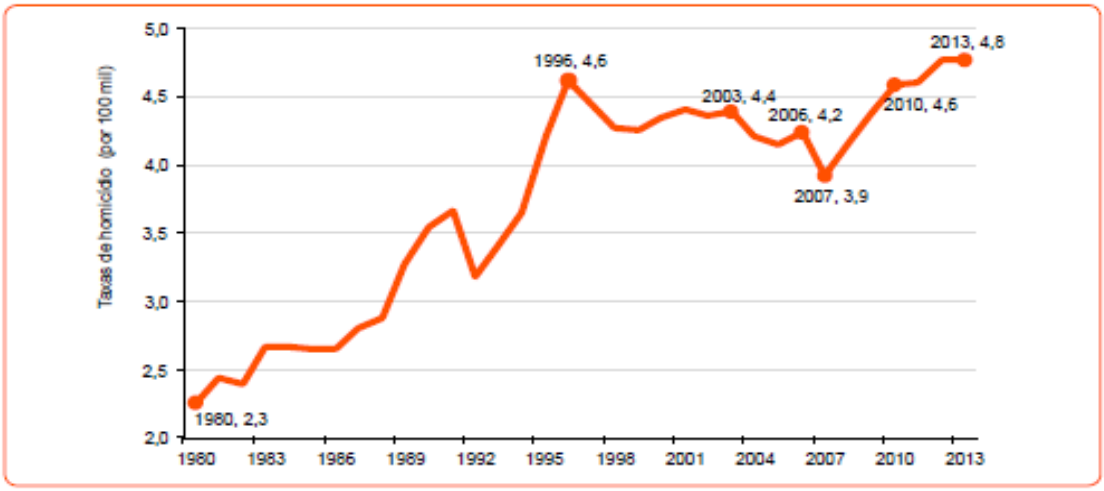


Gráfico 1. Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil). Brasil. 1980/2013.

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil.

Em 2015, entrou em vigor a Lei 13.104, chamada de Lei do Feminicídio, outro ponto de destaque no Enem 2015. Assim, a violência contra a mulher passa a ser

qualificada por agravantes, tornada crime hediondo em casos ocorridos com mulheres na presença dos filhos, ou se estiverem grávidas, ou se forem menores de 18 anos.

A Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, busca reforçar o cumprimento das sanções penais atribuídas em casos de violência doméstica e familiar nos quais as mulheres são vítimas. A maioria dos casos de agressão contra as mulheres ocorre no domicilio das vítimas, cujos agressores têm algum grau de parentesco ou de proximidade.

No plano regional, o Pernambuco lançou, em 2007, a campanha chamada "Violência contra Mulher é coisa de Outra Cultura". A partir dela, foram realizados estudos que buscavam informações a respeito de como se efetiva nacionalmente o atendimento às mulheres que se dirigem às delegacias especializadas e de plantão (PERNAMBUCO, 2012).

O estado de Pernambuco, entre os anos de 1998 e 2001, ocupou a primeira posição no país em termos de incidência de homicídios. A maior parte desses crimes ocorriam na Região Metropolitana do estado, sendo alarmantes os índices de violência contra a mulher (Pernambuco, 2012). Essa realidade fez com que o estado passasse a dar mais atenção ao assunto.

No que tange à violência contra a mulher, a instalação da SecMulher em 2007, no estado de Pernambuco, correspondeu a uma sinalização de que as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher passariam a ter um tratamento mais efetivo e especializado. A partir de seu funcionamento, inciativas e políticas públicas passaram a ter uma conexão com os anseios dos movimentos sociais da área, para que finalmente o atendimento às mulheres passasse a ser especializado.

Os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres fazem parte dessa história e têm permitido que centenas de jovens estudantes passem a compreender os mecanismos sociais que excluem e vitimam as mulheres em Pernambuco e no Brasil.

4 TRÊS MODELOS DE ENSINO DE GÊNERO EM PERNAMBUCO

Este capítulo tem como finalidade descrever e discutir, inicialmente, a estruturação organizacional do Programa Integral de Educação em Pernambuco, o qual orienta as EREMs. A compreensão desse programa possibilitará compreender como foram criados os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco dentro da rotina pedagógica das escolas. Essa descrição foi embasada no pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, que fundamentou a modalidade de Educação Integral implementada pela SeducPE. Além disso, foi utilizada ainda a perspectiva do Secretário Executivo de Educação Profissional da SeducPE, o professor Paulo Dutra.

Na segunda seção deste capítulo, será iniciada uma detalhada descrição e discussão acerca dos dados obtidos e entrevistas realizadas em três núcleos escolhidos e que estão localizados em diferentes regiões do Estado.

Ao todo, foram realizadas três entrevistas em grupo, totalizando a soma de 10 profissionais ligados à coordenação e organização dos núcleos, além registros realizados informalmente de alunos e outros colaboradores ao longo das visitas.

A primeira visita foi feita à EREM Trajano de Mendonça, na Região Metropolitana de Recife que, por proximidade, tornou-se a primeira na sequência de visitas, e que serviu de teste para a aplicação do questionário piloto que possui questões abertas. Após essa visita, percebi que o questionário serviu mais de roteiro com perguntas-chave as quais todos os núcleos teriam que responder. No entanto, naquele momento, dados que não haviam sido previstos no questionário surgiram com grande relevância, tornando as entrevistas seguintes mais ricas. Meu contato inicial se deu com Professora Rosário, da disciplina de língua portuguesa, que é uma das coordenadoras do núcleo de estudos de gênero.

A segunda escola visitada foi a EREM Belo Jardim, situada na região Agreste do Estado, a 185 km de Recife, onde o principal contato para as entrevistas foi a Professora Nadja, coordenadora do núcleo, que leciona a disciplina de Biologia. Esse

núcleo nos chamou atenção pelo envolvimento da comunidade local e, como todos os outros aqui citados, também foi agraciado com o Prêmio Naíde Teodósio.

A terceira escola a ser visitada foi a EREM Oliveira Lima, na Cidade de São José do Egito, localizada a 360km do Recife, na região do Sertão. Meu contato inicial se deu com o professor Kleber, com formação em língua portuguesa e que estava desenvolvendo a função de educador de apoio naquela escola. Assim como o núcleo anterior, esse também possui grande interação com a comunidade. O núcleo destacou-se pela equipe de coordenação composta por sete integrantes, e pela implementação de ações de enfrentamento à violência contra a mulher e qualquer tipo de discriminação como enfoque de seu projeto político pedagógico. Suas atividades tiveram a colaboração do Prof. Parry Scott, da UFPE, como coordenador dos bolsistas FACEPE daquele núcleo, conforme detalharemos mais adiante.

A compreensão da maneira pela qual os estudos de gênero têm se realizado nesses espaços foi realizada inicialmente por meio da análise de dados coletados no II Seminário Estadual dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, ocorrido entre os dias 2 e 3 de setembro de 2014, na cidade de Garanhuns-PE. Nesse evento, privilegiou-se a exposição dos trabalhos de cerca 12 núcleos[3] por parte de suas equipes pedagógicas, que também fizeram descrições das suas ações. Durante a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (REDOR)[4] e no II Seminário Internacional de Gênero, também ocorreram diálogos, relatos e reflexões sobre os núcleos nas EREMs, dentre outros assuntos. Minha participação nessas atividades permitiu que tópicos iniciais ou tópicos guias fossem elaborados como norte de formulação das questões presentes nas entrevistas semi-estruturadas.

[3] EREM Nestor Valgueiro – Floresta, Universidade Vale do São Francsico – Petrolina, EREM Desembargador Renato Fonseca – Olinda, Faculdade Frassinete de Recife, EREM Porto Digital – Recife, EREM Conde Pereira Carneiro – São Lourenço da Mata, EREM Bezerros – Bezerros, Faculdade ASCES - Carurau, Faculdade FOCCA – Olinda, EREM Barros Guimarães – Glória do Goitá, EREM João Cavalcanti Petribú – Carpina, EREM Oliveira Lima – São José do Egito, Universidade Federal Rural de Pernambuco – Recife, EREM de Garanhuns – Garanhuns.

[4] A Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero foi criada em setembro de 1992 com o objetivo de congregar, articular e desenvolver os estudos sobre a mulher e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro. Agrupa mais de 30 Núcleos e Grupos de Estudos vinculados às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa das duas regiões.

As primeiras observações feitas no Seminário Estadual expuseram inúmeros pontos em comum a alguns núcleos, bem como peculiaridades desses, motivando um segundo bloco de coletas, que foi mais direcionado pela busca de responder às seguintes questões: 1. Que fatores fizeram com que o núcleo desse ênfase maior a um tema? 2. Como a formação da equipe pedagógica interferiu nos núcleos? 3. Que metodologias e ferramentas pedagógicas foram utilizadas? 4. Que dificuldades foram mais frequentes? 5. Que resultantes foram percebidas nos estudantes? Esse segundo momento de coleta foi iniciado a partir de relatórios e dados já levantados pela SecMulher, cedidos para realização desse estudo.

Alguns números e informações sobre as escolas em questão foram trazidos da base de dados hospedada na página virtual do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE-PE). O terceiro momento de levantamento de dados se deu por meio de contato direto com as escolas, onde a equipe organizadora dos núcleos recebeu um questionário que buscava suprir as lacunas deixadas pelas etapas anteriores de pesquisa.

Os questionários possibilitaram uma aferição do quanto e como as temáticas de gênero tem sido trabalhadas, apresentando métodos, abordagens, questões mais recorrentes, temas escolhidos, segundo Uwe Flick (2013, p.110), na extensiva padronização de um questionário. Dessa forma, as perguntas norteadoras do questionário deram uma visão mais aprofundada e específica sobre as ações desenvolvidas em cada núcleo escolar.

Na prática, as questões norteadoras foram utilizadas como tópicos estruturantes das entrevistas aplicadas na escola, pois no momento em que a pergunta inicial era feita, o entrevistado, ao contemplar aquela questão, muitas vezes fazia um detalhamento que naturalmente contemplava outros tópicos que viriam a seguir. A medida que eram contemplados, não necessariamente na ordem, os tópicos eram sinalizados numa lista de controle.

A necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa é mencionada ainda por Manzini (2003), salientando que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de

coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante.

Esta pesquisa, desenvolvida inicialmente com dados secundários obtidos na SecMulher, no SIEPE e nas próprias escolas, acerca de todas as 60 unidades que possuem Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, trouxe informações que permitiram analisar e descrever cada núcleo, sem acarretar nenhum prejuízo ou lucro aos participantes. Todo o material coletado com as entrevistas e os questionários foi obtido por meio de consentimento livre e esclarecido das pessoas entrevistadas que autorizaram a divulgação de seus nomes.

A ação fomentada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco em parceira com a Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco atende também ao cumprimento do que se propõe nos Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, (PERNAMBUCO, 2014) referentes à disciplina de sociologia no ensino médio. O documento coloca como expectativa de aprendizagem, número 2, o tema Cultura, Identidade e Diversidade. Nele, estabelece-se o seguinte: "Identificar e compreender os processos de interação social, cultural e intercultural; de relações étnico-raciais e de gênero; os movimentos culturais, inclusive a contracultura, e seus impactos na vida política e social".

A tentativa de compreender a maneira como os estudos das relações de gênero têm sido trabalhados nas escolas de referência do Estado de Pernambuco que possuem os Núcleos de Estudo de Gênero, faz desse trabalho um estudo descritivo do tipo exploratório, que buscou identificar primeiramente as características mínimas necessárias para que a escola abrigue um Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

4.1 As Escolas Integrais do Estado de Pernambuco

O governo do Estado de Pernambuco, no ano de 2006, investiu na expansão das Escolas de Referência em Ensino Médio, que já existiam desde 2003, em poucas unidades chamadas Centros de Ensino Experimentais (CEE), as quais funcionavam pela parceria público-privado, para a construção de novas edificações que dessem abrigo aos

centros (DUTRA, 2014). Isso ocorreu até 2008, quando foi criada uma Lei Complementar, que passou a dar prioridade à perspectiva pedagógica desenvolvida pela Secretaria especificamente para aquelas escolas integrais, agora chamadas de referência em ensino médio. Elas foram modificadas não só em relação ao tempo de permanência do aluno na unidade escolar, mas sim na sua proposta de promover uma educação integral com base nos moldes do pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa (2008). Tal processo de adaptação das escolas para o novo formato ocorreu a partir do decreto da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que deu início à Política Pública de Educação Integral no estado (PERNAMBUCO, 2008).

Tendo em vista que o modelo tradicional de escolas em modalidade regular não comportava ferramentas e elementos suficientes para uma formação das quatro dimensões do sujeito, essas unidades escolares passaram a seguir a ideia originária do modelo de educação interdimensional (COSTA, 2008) ,que estabelece a reflexão de que o ser humano estrutura sua subjetividade em quatro pilares fundantes:

> O *logos*, a *dimensão do pensamento,* do conceito ordenador e dominador da realidade pela razão, ciência e técnica; o *pathos*, a *dimensão do sentimento,* da afetividade, geradora da simpatia, da empatia, da antipatia e da apatia na relação do homem consigo mesmo e com os outros; o *eros*, a*dimensão do desejo,* das pulsões, dos impulsos, da corporeidade, das emanações vitais básicas, do *élan*vital; o *mytho*, a *dimensão da relação do homem com o mistério da vida e da morte*, do bem e do mal (COSTA 2008 p. 16-17).

Por ter uma perspectiva diferenciada da usual praticada, na maior parte das escolas, é que o professor, ao ingressar em uma das escolas do Programa Integral do Governo de Pernambuco, recebe uma formação para que possa se fundamentar nos objetivos propostos à escola.

A ideia de educação Integral, implementada em Pernambuco, enquadra-se também na descrição de Moacir Gadotti (2009). Quando este menciona a modalidade, explica-a com base em suas observações de que são inúmeros os modelos escolares que se autodenominam integrais, e que as características que marcam esses modelos são sempre a de um maior quantitativo de horas e a da qualidade da formação integral do ser numa dimensão quantitativa. Concordando com isso, Dutra (2013) entende que não se

torna suficiente aumentar o tempo escolar do estudante, pois se faz necessário também um conjunto de novas práticas e objetivos para que esse período estendido não se torne mais do mesmo e sim algo diferenciado. Como melhor forma de aproveitamento desse horário a mais, é que foi instituído o Programa Ensino Médio Inovador, a ser desenvolvido em um dia na semana, durante os horários de contra turno, nos quais o aluno fará parte de um dos projetos pedagógicos desenvolvidos na escola.

Como Secretário executivo de educação profissional, Dutra (2013) percebeu a importância da Educação Integral no país, uma vez que o pioneirismo pernambucano em expandir essa modalidade fez do Programa Integral um exemplo para outros estados. Nessa junção de características das escolas de referência, com uma organização que incentiva a criação de ações e intervenções pedagógicas, levando o aluno a unir teoria com a prática, é que os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à violência contra a Mulher se estabeleceram, conforme veremos a seguir.

4.2 Núcleo 1 – Região Metropolitana

A escolha de pesquisar o Núcleo de Estudos de Gênero e enfrentamento à Violência contra a mulher, tratado aqui como "Núcleo 1", devido à ordem de realização da pesquisa de campo, ocorreu devido ao fato desse núcleo ter sido apontado pela SecMulher como um dos que obtiveram maior notoriedade nos estudos de gênero, dentre as Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado de Pernambuco, especificamente do recorte territorial da Região Metropolitana do Estado.

A Escola de Referência em Ensino Médio Trajano de Mendonça faz parte do conjunto de escolas pertencentes à Gerência Regional Recife Sul. Ela está situada no bairro de Jardim São Paulo, no município do Recife. Essa unidade escolar atualmente possui cerca de 30 profissionais compondo seu quadro de professores, além de abrigar 14 turmas de ensino médio em regime de horário semi-integral, o que a caracteriza como uma unidade de ensino de grande porte.

Com base em dados do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP, 2014), essa EREM preencheu a décima posição no ranking entre as escolas públicas de Recife,

colocando-se mais uma vez em destaque no alcance de metas e colocações importantes na educação.

Em visita ao núcleo, foi possível colher dados específicos sobre o alicerçar de suas primeiras metas e atividades até as premiações atingidas na área de estudos de gênero. O início das atividades, a formação do núcleo e sua formalização se deram a partir de discussões ocorridas em meio à rotina das aulas da disciplina de Português, nas turmas de ensino médio, no momento em que foram feitas análise da estrutura textual da Lei Maria da Penha. Daí em diante, surgiram reflexões dos alunos e alunas, acerca das questões cotidianas, vivenciadas pela maioria deles. De alguma forma, a lei motivou a discussão sobre o tema, conforme registra a fala da professora Rosário.

> Eu acredito, porque essa escola foi uma das primeiras a ter núcleo organizado né, foi uma ação que já existe na escola há algum tempo e que gerou a participação do Naíde, e uma premiação, e isso trouxe à luz o que a escola fazia, vamos dizer assim. Porque é, de 2005 mais ou menos daí eu comecei a discutir em sala de aula, que eu sou professora de português e tenho também uma formação em diretito, e eu comecei a discutir com os meninos a estrutura da lei Maria da Penha. Comecei quando a lei foi homologada e tudo mais, e comecei a trazer para a sala algumas coisas (...) foi um período que começou grande mobilização dos movimentos feministas por conta dos altos índices de mulheres sendo mortas em razão da violência doméstica (Rosário, 2015).

Nas turmas em que foram realizadas tais discussões, idealizou-se uma ação intitulada de “Semana Rosa e Lilás”, que propunha a utilização de acessórios pessoais e adereços de cores rosa ou lilás, durante a semana do Dia Internacional da Mulher, como uma forma de quebrar alguns estereótipos construídos sobre a relação da cor com sexo ou orientação sexual, conforme explicitou a professora:

> ...fui vendo que o interesse pela leitura da lei aumentou e todo ano eu fazia essa leitura mais ou menos em agosto quando chegava em março no dia internacional da mulher eu trazia um pouco dessa reflexão para eles isso até 2009. A escola começou a ser semi-integral em 2010 e foi nesse ano que eu propus aos alunos da turma que eu ensinava que na semana em que o dia internacional da mulher nós, meninos e meninas, usássemos itens para nos enfeitar em rosa e lilás, para mostrar que cor não tem gênero, nem orientação sexual e falei para a gestora, ela permitiu (...) foi assim, muito boa a adesão,

> primeiro começou nas turmas que eu dava aula, e por tabela foi influenciando as outras turmas e aí, e aí nós começamos a fazer fotos." (Rosário, 2015)

Imagem 1 – Semana "Rosa e Lilás", EREM TRAJANO DE MENDONÇA 2014.

A partir de então, com a premiação no Naíde Teodósio em duas modalidades, redação de aluna e relato de experiência com atividades que discutem gênero na escola, todos os envolvidos sentiram-se mais estimulados a organizar cada vez mais as ações do rosa e lilás na escola, que passou a contar com novas atividades como palestras e seminários para todas as turmas. Nota-se, na fala da professora, claramente o empenho e a satisfação que a professora teve na articulação de tarefas e ações com os alunos e alunas:

> Eu inscrevi os meninos no Naíde, para relatar a experiência, fiz o relato da experiência, fizemos um incentivo, uma motivação dos meninos para eles fazerem redações e eu consegui, ter o relato aprovado e premiado, e o estudante teve uma redação premiada no mesmo ano, e isso como os meninos dizem, foi o pipoco dentro da escola, porque eles se sentiram extremamente contemplados, (...) A nossa aluna, foi por ordem alfabética, e ela Foi a primeira a receber o premio da mão do governador Eduardo Campos, na ocasião, e assim pra a escola, internamente foi muito importante. E no ano seguinte em 2012, em março a semana mais esperada foi o rosa e lilás. (Rosário, 2015).

Tais fatos trouxeram destaque à escola e, por consequência, um convite da SecMulher para a formação do Núcleo de Estudos de Gênero propriamente dito, conforme foi destacado no Blog de Notícias do governo do Estado de Pernambuco em 6 de novembro de 2012:

> A Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Professor Trajano de Mendonça, no bairro de Jardim São Paulo, no Recife, recebeu na manhã desta segunda-feira (05) a visita da Secretária Estadual da Mulher, Cristina Buarque. Acompanhada de uma comissão, a secretária assinou um convênio com a escola e oficializou o Grupo Margarida Maria Alves de Estudos sobre Gênero, criado para desenvolver ações e debates voltados às questões de gênero na unidade. (PERNAMBUCO, 2012)

Na ocasião, mediante o corpo discente dos 3° anos do ensino médio e dos seus educadores, a escola sediou, em seu auditório, um ato oficial de criação de um convênio entre a Unidade Escolar e a SecMulher. A solenidade foi acompanhada de uma palestra sobre o combate à violência contra as mulheres pela então Secretária da Mulher, Cristina Buarque, que também apresentou detalhadamente como se dava a estruturação do funcionamento da Secretaria e suas ações desenvolvidas. (PERNAMBUCO, 2012)

Desse momento em diante a EREM, a partir da sugestão de sua gestora, passou a sediar o Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher Margarida Maria Alves, nome dado em homenagem à paraibana que, por cerca de 12 anos, ocupou o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Grande, lutando pelo respeito e cumprimento do direitos que os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa mulher foi assassinada a tiros por um réu confesso que teve a parceria de mais dois homens, a mando de fazendeiros locais. Devido a importância do trabalho que Margarida vinha implementando naquela localidade e à impunidade, o crime teve repercussão internacional, terminou por propagar a história de uma mulher que foi calada pelo seu destaque na luta sindical, hoje rendendo-lhe homenagens póstumas.

Como foi dito anteriormente, as atividades voltadas à discussão de gênero na escola já existiam bem antes de ter sido firmada a parceria com a SecMulher. No

entanto, após ser oficializada a criação do Núcleo Margarida Maria Alves na referida EREM, houve um aumento da participação de outros professores nas atividades dos núcleos, mesmo que de forma pontual. Salientou-se a importância da ajuda do grupo, com destaque para a colaboração mais frequente de três professores, das disciplinas de biologia, sociologia e direitos humanos, que ajudaram a organizar o núcleo e suas atividades dentro da escola, bem como as contribuições das demais disciplinas do campo das ciências humanas que já dialogavam acerca das relações sociais e do direito.

> O pessoal da área de humanas é bastante efetivo, porque o próprio conjunto né de componentes curriculares da área de humanas exige isso, não tem como você não falar de mulher na política se nós temos uma presidenta, ou se você tem um percentual, tem uma lei que determina um percentual de participação dessas mulheres disputa e de cargos que nunca são ocupados, nós temos uma gestora e muitas professoras, então mesmo não sendo cargos políticos partidários, mas são cargos políticos de atuação, nós temos influência (Rosário, 2015).

Verificou-se que os demais professores, embora não estejam na linha de frente do núcleo, contribuem com as atividades planejadas cedendo espaço para divulgação do trabalho e discussão sobre gênero e violência doméstica em todas as turmas da escola. Nesse sentido, o referido núcleo funciona sob a coordenação de uma pessoa, que conta com a colaboração mais efetiva de outras, mostrando que tudo ocorre com a organização primária de quatro outras pessoas, que pontualmente são ajudados por outros integrantes da equipe discente e docente.

Em suma, é possível perceber que foi criado um núcleo duro que conta com equipes de apoio temporário de determinados alunos e profissionais, uma vez que as atividades ora são destinadas a uma turma e um profissional de determinada disciplina, ora estão relacionados a outra turma, outra disciplina, e outro profissional. Embora exista uma grande adesão das suas propostas por alunos e alunas, não se tem o registro exato do número de estudantes integrados com as atividades do núcleo.

Foi observado que, por parte das professoras à frente do núcleo desta escola, já havia um conhecimento inicial sobre o tema de gênero. Havia também um grande interesse nas discussões relacionadas ao tema. No entanto, uma aproximação maior com

o assunto veio a surgir por meio da busca por leituras mais direcionadas em artigos pesquisados na internet e devido à participação nos encontros de formações em gênero promovidos pela SecMulher.

A coordenadora do Núcleo aponta como desafio inicial para si algo que não diz respeito diretamente à organização das ações do núcleo de estudos em gênero, e sim à formação profissional dos docentes. Sua fala relata que a presença das discussões de gênero nas licenciaturas, de forma transversal, ou superficial, não abordando tão diretamente a importância da escola no trabalho contra as desigualdades de gênero, não tratando o tema de acordo com a complexidade que ele exige ser tratado.

Outro grande desafio mencionado para a execução do trabalho do núcleo na escola foi a falta de tempo hábil para conciliar as atividades do núcleo com a carga horária de trabalho dos professores, além da falta de incentivo financeiro para os profissionais que estão à frente das atividades do núcleo de estudos de gênero, as quais demandam grande dedicação e tempo.

As temáticas mais trabalhadas dentro do núcleo da referida escola versam sobre orientação sexual e de gênero; saúde do homem e da mulher; sexualidade e meio ambiente; músicas de depreciação feminina; empoderamento do sexo feminino nos cargos políticos, de gestão e na entrada nas universidades. Sobre a dinâmica de como as ações ocorriam em meio à carga horária utilizada pela escola, a coordenadora do núcleo apresenta um pouco de como alunos e professores protagonizavam as discussões introduzidas por ela ou por outro professor:

> Trabalhei termas voltados a questão de direitos de mulher e fizemos uma espécie de seminário, e eu pedi aos professores permissão para esses grupos entrarem nas salas um dia na semana e apresentarem aos colegas da escola, e assim a gente criou a ideia de apresentarmos pequenos seminários e em cada turma entrou um grupo. Falando sobre violência doméstica dentro das turmas que eu trabalhava, eu formei grupos de debate. Depois os professores permitiram que eles fossem a todas as outras. (Rosário, 2015).

Pelo fato de alguns professores estarem à frente da coordenação e organização do núcleo de estudos, inevitavelmente as temáticas que são trabalhadas, terminou por

convergir com algum ponto didático das suas respectivas disciplinas. Tais docentes lecionam português, sociologia, filosofia, história e biologia.

Os materiais que nortearam as discussões e os trabalhos construídos pelo referido núcleo de gênero, partem da mídia escrita, televisiva e musical, a partir da análise e debate de fatos reais que estão no entorno da população sobre gênero, sexualidade, violência, dentre outros. A análise de textos históricos e literários também faz parte das ferramentas utilizadas para tratar da temática.

Mesmo com o entrave da falta de tempo suficiente para conciliar as atividades do núcleo com as atividades escolares, tem-se tentado instituir uma rotina no núcleo com reuniões quinzenais para planejamento das atividades. Também se pode citar como rotina, a periodicidade das ações realizadas na escola, e de certa forma sempre associados ao núcleo de gênero, como por exemplo a campanha do outubro rosa, a semana do "rosa e lilás" que além de incluir o uso de adereços nessas cores, traz seminários sobre gênero e violência realizados por alunos monitores do núcleo e divulgados para toda a escola. A rotina do núcleo também inclui as atividades do projeto "viva mais", que nasceu dentro da proposta do "rosa e lilás" e trás a reflexão sobre saúde sexual e reprodutiva do homem e da mulher, higiene e meio ambiente.

A Secretaria da Mulher de Pernambuco pode ser citada como a primeira parceria para a consolidação do núcleo de estudos na escola. Outra articulação do núcleo de estudos foi com um advogado, militante das questões de gênero, o qual contribui com palestras na escola sobre as principais temáticas de gênero trabalhadas nos tribunais.

Alguns estudantes de licenciatura em biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pelo Programa de Iniciação à Docência (PIBID), estão inclusos dentro das atividades do núcleo com grandes contribuições no planejamento e execução das atividades propostas.

No que diz respeito ao custeio de despesas, a escola conseguiu pelo Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) materiais eletroeletrônicos para composição de videoteca. Livros e demais materiais tem sido adquiridos por doações da secretaria e dos próprios professores envolvidos com o núcleo.

Quanto ao alcance das atividades desenvolvidas pelo núcleo no bairro, a participação dos pais e responsáveis em palestras e oficinas do núcleo pode ser mencionada como uma forma de estender o conhecimento construído e compartilhado sobre gênero e violência à população.

Ainda é importante citar como as atividades do núcleo dentro da referida escola, de alguma forma mudaram a percepção e a atitude das alunas e alunos, os quais, de acordo com a professora têm demonstrado maior senso crítico frente aos acontecimentos midiáticos trazidos para escola e nas músicas populares sexistas. Mudanças como estas refletem já um resultado de curto prazo na forma de como esses indivíduos passam a compreender as relações sociais que os cercam.

No quesito formação e conhecimentos mais específicos por parte dos profissionais que trabalham com os estudos de gênero e violência dentro do referido núcleo, devido às inúmeras atribuições e inclusive outros projetos que também são desenvolvidos na EREM, em paralelo a esse, é que somente a professora coordenadora desse núcleo pôde participar das formações em gênero promovidas pela Secretaria da Mulher. Encontros os quais a professora reconheceu a importância, por ser uma rara oportunidade de se discutir gênero, sexualidade e violência contra a mulher com diversos profissionais ligados ao campo da educação e à Secretaria da Mulher que lida especificamente com esses assuntos.

Como sugestões dadas para o sucesso de outros núcleos de estudo de gênero nas escolas de educação básica, a professora entrevistada enfatizara a fundamental importância de se estimular à participação integrada da gestão escolar, dos professores e dos alunos como forma de garantir de maneira eficaz e eficiente a construção do conhecimento das questões de gênero e por consequência, as mudanças comportamentais dos envolvidos.

> ... o que falta é alguém que comece, que dê o ponta pé inicial e que não tente trabalhar só porque pode ser que alguém consiga, mas hoje eu não enxergo, eu não acho possível trabalhar numa escola com uma temática como esta sozinho, como diz a música ninguém é feliz sozinho. Eu peço a todo mundo para me ajudar, você tem que pedir ajuda. (Rosário, 2015)

4.3 Núcleo 2 – Região Agreste

Localizada na Região Agreste de Pernambuco, no bairro de São Pedro, Cidade de Belo Jardim, a Escola de Referência em Ensino Médio de Belo Jardim, faz parte da Gerência Regional Agreste Centro Norte, e diferentemente da EREM citada anteriormente, possui jornada de horário Integral para o corpo docente e discente, o que significa que a carga horária de segunda a sexta-feira se dá no horário da manhã e tarde. E nesse contexto o PPP – Projeto Político Pedagógico escolar, prioriza ações centradas em valores essenciais para a formação de sujeitos éticos e responsáveis, conscientes de si e do mundo à sua volta, realizadores de ações altruísticas e ecológicas.

O Núcleo de Estudos em Gênero da Cidade de Belo Jardim, situado na região Agreste, foi o segundo a ser analisado. Esse teve início no EREM Belo Jardim a partir do convite feito pela Secretaria da Mulher de Pernambuco à direção da escola, a qual apresentou a proposta ao corpo de professores, sendo aceita e iniciando o núcleo.

A ex-professora de Sociologia e Direitos Humanos da escola, enquanto ocupava o cargo na escola tomou a frente na execução das atividades do núcleo, solicitando a colaboração de todos os alunos da escola, pois a mesma lecionava em todas as turmas, dado importante para quem conhece a rotina de uma escola, pois a mesma conseguia articular uma mesma atividade que atingisse todos os alunos da escola. Posteriormente, após a saída da professora citada, a gestora e a professora de biologia assumiram a coordenação e a organização do núcleo, dando continuidade às atividades, agora com colaborações significativas da professora de português.

Nessa escola, todos os alunos foram incentivados pela professora anterior a participar, devido o seu acesso à todas as turmas, e dessa maneira todos os estudantes aderiram as atividades do núcleo. Como foi relatado no núcleo anterior, a maioria dos professores do Núcleo da EREM Belo Jardim, também colocavam como dificuldade maior a conciliação entre as atividades do núcleo e suas atribuições cotidianas na escola, impossibilitando, assim, que eles tivessem uma participação mais efetiva no núcleo. No entanto, sempre que possível os outros colaboravam, seja no incentivo aos alunos, ou no empréstimo de uma fração de aula.

As professoras entrevistadas da disciplina de português e biologia, não puderam participar dos encontros de formação promovidos pela SecMulher, mas afirmaram possuir conhecimentos gerais sobre o tema, muito embora não acreditassem que um dia chegariam a trabalhar as questões de gênero na escola. Além de outras dificuldades encontradas como o fato de abordar os temas de gênero e violência contra a mulher ou sexualidade, de maneira diferenciada da abordagem de algumas famílias, por não necessariamente ser a mesma que a formação religiosa ou familiar incentivavam.

> ...no princípio das coisas eu acho que não é fácil não, de forma alguma, porque entra a questão religiosa, entra várias coisas por esse caminho aí, entra toda a estrutura da família, que é bem complexo, vai depender da estrutura da família para ter essa aceitabilidade, como vê os pais, a formação dos pais nessa questão, que é muito forte em todos os sentidos. Aí, quando você já tem uma família instituída, sei lá, violenta, que já vem de processos meio... (Nadja, 2015).

Como subtemas relacionados à gênero, surgem outras discussões sobre temas como: como Orientação sexual e de gênero; sexualidade; músicas de depreciação feminina. Nesse âmbito, as disciplinas que mais contribuíram foram inicialmente Sociologia e Direitos Humanos e posteriormente Português e Biologia. A fala a seguir expressa de forma mais direta esse dado:

> As passeatas elas estavam dentro de Biologia porque a gente trabalhou isso, a questão de câncer, de divisão celular, essas coisas todas. Mais a Língua Portuguesa nas redações e Filosofia e Sociologia em um contexto mais amplo. (Nadja, 2015).

No tocante à utilização de material de apoio teórico, pôde-se observar a utilização de uma diversidade de fontes de consulta, desde a pesquisa em livros, textos da internet, músicas para discussão em grupo e vídeos reproduzidos em Datashow. Como a fala abaixo deixa transparecer, ao que parece, não houve um direcionamento específico para uma determinada teoria ou material, os quais as entrevistadas pudessem citar.

> ...da minha parte eu já trabalho com a pesquisa pela internet, que eles fazem pesquisa, e com livros e textos que eu trouxe para a gente, nós discutirmos na sala de aula. Que esse é o meu trabalho de português, dentro do assunto, assim, nessa linha de pensamento". (Nadja, 2015).

As entrevistadas registraram como atividades duas passeatas referentes ao outubro rosa e novembro azul, dando ênfase à campanha de prevenção de câncer de mama e útero; e de câncer de próstata, respectivamente. Nessa iniciativa, a escola estimou uma adesão próxima a 100% dos estudantes da EREM Belo Jardim. Os relatos demonstram que as atividades em questão geraram relativa visibilidade dentro da cidade, chegando a serem mencionadas inclusive na Câmara dos Vereadores da mesma cidade, além de terem recebido a participação da população em duas passeatas.

> ...a gente fez uma passeata em outubro e outra em novembro, 'Outubro Rosa', em relação ao câncer, a prevenção do câncer de mama e útero, e 'Novembro Azul', que era câncer de próstata. Teve uma participação quase 100% dos alunos e dos professores 100%. Foi muito bom, todos os professores, todos os alunos, os pais depois vieram parabenizar, o povo da cidade, a escola... (Nadja, 2015).

Os temas das passeatas estavam mais ligados à área de conhecimentos da biologia trabalhada na escola, no entanto, diante de outras atividades desenvolvidas e principalmente pelos trabalhos de língua portuguesa, sempre que possível tratando de leituras relacionadas aos estudos dos núcleos é que a entrevistada aponta para as disciplinas de português e biologia como as que desfrutavam de mais facilidade nos trabalhos sobre gênero, sexualidade e violência contra a mulher. No cronograma da disciplina de biologia, como já há um espaço para abordagem de assuntos como sexo biológico e sexualidade, coube à professora nesse momento o diálogo sobre gênero. Já na disciplina de português, a produção de redações pôde aproximar os alunos dos temas de gênero e violência contra a mulher.

> Porque, no meu caso, na época, professora de português, que ela é biologia, eu estava trabalhando de forma interdisciplinar o tema mulher. Porque eu trabalho língua portuguesa, então, quando eu trabalho eu trabalho temas variados. Então a gente discutia em sala de aula, coisa e tal, e discutindo o

> tema de violência contra a mulher, já estava trabalhando em sala de aula esse tema, aí foi quando Cristiane fez esse projeto e disse, Ligia, me ajuda, já que você está trabalhando com isso, fazendo esse trabalho, aí você, como é português, você faz umas redações. Porque o tema era para trabalhar redação. Porque primeiro eu falo, eu comento, eu discuto com eles, eles fazem algum tipo de pesquisa para a gente discutir o que é essa violência contra a mulher. Aí a gente já estava trabalhando esse tema na sala de aula, eu estava. Aí ela pediu. Aí eu selecionei alguns alunos, porque todo não tinha condições, alguns alunos que o trabalho é melhor, redige melhor, e eles redigiram algumas redações. Todos tiveram que redigir para mim, para o meu trabalho de nota da sala de aula. Agora, desse daí eu pedi a alguns, que eu achei que estava melhor... (Nadja, 2015).

Ainda podem ser citadas como atividades do núcleo da referida escola, algumas palestras e seminários sobre a temática de gênero e violência que contribuíram para a distinção de gênero de sexo, discussões sobre os estereótipos, preconceitos e violência de gênero. No geral a realização das atividades mencionadas ocorria em ajustes no quadro semanal de aulas.

O EREM Belo Jardim obteve o apoio da câmara dos vereadores para realização das passeatas na cidade. Houve uma tentativa de parceria com a secretaria de saúde da cidade, que não obteve sucesso. Logo, a execução das práticas do núcleo se deu com alguns materiais de baixo custo, geralmente já existentes na própria escola, como os materiais de papelaria, conforme explica a fala a seguir: “O gasto que teve foi muito pequeno. Fazer a pasta, a gente fez TNT (tecido sintético e decorativo), a escola providenciou...”(Nadja, 2015).

Podem ser mencionados como exemplo de interação com a comunidade as passeatas de conscientização da prevenção de câncer de mama, colo uterino e próstata. Momentos em que a escola atuou como multiplicadora de informação de grande relevância à saúde coletiva, quebrando alguns preconceitos de gênero na realização dos exames de prevenção dessas doenças.

> Houve uma mudança e um trabalho mais de conscientização, não é. (...)Eles tomaram mais consciência. Claro, eles já têm um certo conhecimento, não é, pela própria vida deles. Mas assim, eu acho que esse trabalho enriqueceu e muito. Eles têm mais consciência, e com certeza, hoje, dessas dificuldades, desses trabalhos. Com certeza. Assim, de novos conhecimentos adquiridos. Até esse mesmo é de grande importância para eles entenderem o motivo. Por

> que fazer? Não é só uma passeata comum, uma passeata... Entendeu? O motivo é estar ali, divulgando, trabalhando, correndo atrás de algo bom para a sociedade. (Nadja, 2015).

As entrevistadas relataram o despertar de uma consciência coletiva nos alunos na busca por mudanças de comportamentos que perpetuam o preconceito de gênero na sociedade. Além desses resultados do desenvolvimento de uma consciência coletiva, o núcleo teve experiências positivas na resolução de conflitos intrapessoais e familiares relacionados à aceitação da homossexualidade de um aluno.

No tocante aos benefícios trazidos aos professores, estes foram percebidos na aproximação com a temática abordada, originária dos encontros periódicos de formação em gênero promovidos pela Secretaria da Mulher, que foram multiplicadas na escola por meio da Professora Nadja Benvenuto e da Gestora Galba Cristiane que participaram da formação. “Nos encontros que eu participei eu sempre enriquecia mais o meu conhecimento. Tinha algumas coisas que eu não tinha percebido ainda. Isso assim, para mim particularmente, não sei entre os outros.”(Nadja, 2015).

Foi frisada ainda, a necessidade de abertura para participação de mais professores nesses encontros, uma vez que eles sensibilizam o profissional para perceberem a importância da abordagem de gênero na escola, além de permitir a troca de experiências entre os núcleos de estudos de gênero, que estimulam a criação de novos núcleos e a consolidação de outros já existentes, pelo aperfeiçoamento das atividades.

Quando houve participação foi apenas de uma pessoa, sendo professor ou alguém da gestão, pela dificuldade de conciliar com as atribuições rotineiras do calendário escolar, tendo em vista que tais formações duravam aproximadamente dois dias e aconteciam em outras cidades.

As produções textuais selecionadas pela professora de português foram encaminhadas para participação do Prêmio Naíde Teodósio, obtendo premiação do relato de experiência da professora (Cristiane) no ano de 2014.

Para as escolas que desejam implantar a sugestão apresentada pela entrevistada foi no tocante ao trabalho de semear aos poucos, algo que não se colhe da noite para o dia, ela menciona a importância do empenho para a concretização do núcleo e a confiança nos seus resultados de mudança da realidade, pois no final de tudo esse é o objetivo do núcleo, aproximar-se ao máximo da igualdade de gênero.

4.4 Núcleo 3 – Região Sertão

A EREM Oliveira Lima está localizada na cidade de São José do Egito, na Região do Sertão pernambucano, e pertence a Gerência Regional de Educação - Sertão do Alto Pajeú e ao Programa de Educação Integral. No ano de 2015 passou a funcionar em horário Integral com 10 turmas que atendem a 3 séries do ensino médio, nos horários das 7h30 às 16h50, com efetivo de 400 estudantes e 18 docentes, sob a gestão escolar do professor Luiz Sérgio A. Castelo Branco, que também é um dos coordenadores do Núcleo dessa EREM.

O núcleo teve seu início no ano de 2009 sob o Nome "Maria Vanete de Almeida", a iniciativa surge com o projeto "Discutindo Gênero na Escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar", um trabalho interdisciplinar (Educação Física e Inglês) com 2 professores e 10 alunos. A partir de algumas percepções do professor de educação física sobre relações de gênero na escola e violência doméstica, foi realizado um estudo para investigar os índices de violência contra a mulher no município de São José do Egito. Este trabalho foi apresentado em um evento na escola, denominado de Encontro de Ciências e Tecnologias e Artes. A partir de então, sistematizou-se em grupo, alguns momentos permanentes para o estudo, discussão e reflexão sobre gênero e violência no espaço escolar.

O sucesso e destaque desse núcleo se deve a três elementos específicos. A destacada contribuição inicial do Professor Russel Parry Scott, da Universidae Federal de Pernambuco. A cooperação entre os diversos profissionais e disciplinas da escola. E, finalmente, a colaboração da gestão escolar na reestruturação da organização escolar no sentido de englobar novas estratégias para a consolidação do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

Os participantes do núcleo o batizaram de Maria Vanete de Almeida, em homenagem à sertaneja que viveu na cidade pernambucana de Santa Cruz da Baixa Verde até 2012 quando faleceu, foi lá que ela se destacou como líder feminista rural, negra e sertaneja como a mesma costumava se intitular. Na década de 1980, atuou pela inserção feminina no meio sindical, servindo de inspiração para o livro "Ser Mulher num Mundo de Homens" (Cornélia Parisius, Ed. SACTED/DED), presidiu o Centro de Educação Comunitária Rural, no município de Serra Talhada (PE); Integrou o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres de 1996 a 2003; em 2005, foi indicada pela ONG suíça Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo, ao Prêmio Nobel. Tornou-se, a partir de 1996, a coordenadora internacional da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, que ajudou a fundar. Devido à sua desenvoltura na luta pelos direitos femininos e rurais, seu nome inspira o funcionamento do Núcleo de Estudos da Escola Oliveira Lima, da cidade de São José do Egito em Pernambuco.

A primeira parceria do núcleo foi realizada com a Secretaria da Mulher de Pernambuco, para a obtenção de material de suporte e panfletos sobre a lei Maria da Penha para divulgação. Esta parceria resultou em uma articulação com a Secretaria de Assistência Social do município para a implantação da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, em 2011. A partir dessa iniciativa, a escola serviu como experiência para a criação de um consórcio entre os municípios circunvizinhos da região do Vale do Pajeú para a criação de Diretorias da Mulher em cada município.

Faz parte da coordenação do núcleo uma psicóloga da escola; dois educadores de apoio; o professor de educação física; a coordenadora da biblioteca; a auxiliar de coordenação da biblioteca, graduanda em matemática e ex-aluna da escola e participante do núcleo desde a sua fundação; além do gestor da EREM. No início o Núcleo continha como participantes o professor de educação física, a professora de inglês e mais sete alunas e um aluno. Com o passar do tempo houve a adesão de mais professores e funcionários, além de outros alunos. Hoje o núcleo conta com 7 coordenadores e com cerca de 70 alunos, e aparenta se orgulhar do trabalho conjunto, como se pode ver nas palavras do professor de Educação Física:

> A gente montou, fez um trabalho que não ficasse nas mãos de uma pessoa. Eu acho que vocês estão percebendo que o grupo que está aqui não é um grupo de professores específicos, ou professor específico. Porque a gente viu que era uma questão que interessava a escola, e daí era importante a gente ter a presença e o apoio, abertura do gestor, por exemplo. A gente tem a presença do gestor como coordenador, eu acho que a gente começa a perceber que a escola que está se abrindo para isso, e tirando aquela forma tradicional de que o gestor está ali e a gente está aqui, quem está desenvolvendo o trabalho é aquele professor. Aí acho que aqui já criou uma questão da gente integrar. Dois lados que estão dentro da escola, um lado que trabalha com o planejamento, e com outro lado que executa o planejamento (João Renato, 2015)

Três dos professores coordenadores do núcleo fizeram um curso de extensão, no formato de educação à distância oferecido, direcionado para professores da educação básica, chamado de Gênero e Diversidade na Escola - GDE, oferecido pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. A partir de então, os outros coordenadores do núcleo tiveram interesse em ter uma maior aproximação com o tema, a qual se deu pelo material do curso. A partir da fala a seguir, percebe-se como um dos principais desafios enfrentados para a consolidação do núcleo de estudos em gênero e violência, e para o desenvolvimento de suas atividades, a escassez de material sobre as temáticas.

> A gente viu que era necessário material para se trabalhar com o tema, porque a gente teve uma dificuldade enorme de trabalhar, que era a professora de Inglês e professor de Educação Física. Aí o professor de Inglês teve uma dificuldade enorme de trabalhar com o tema. A gente viu que era uma lacuna que se tinha nas escolas. Era para a gente trazer um banco de dados com materiais que pudessem ser utilizados na escola para...Livros, documentários, filmes. Filmes, documentários, músicas. E experiências, relato de experiências que tinha... Os alunos pesquisaram, eles passaram a receber uma bolsa." (Kleber, 2015).

Especificando mais a fala anterior no que se refere à premiação com uma bolsa, ocorre que 5 alunos, ganharam cada um, uma bolsa de Iniciação Científica Júnior – FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco), para ajudar o custeio dos alunos, motivando-os a continuarem a larga experiência do convívio com outros. A FACEPE registrou como orientador daqueles bolsistas o

professor Parry Scott, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), estudioso da área que possui ampla experiência em coordenação de pesquisas.

Na fala acima, nota-se como dificuldade o fato de a responsabilidade das atividades do núcleo serem conferidas somente a um ou dois professores, o que inicialmente gerou sobrecarga de trabalho ao(s) professor(es) envolvido(s), considerando as atribuições com as atividades inerentes ao ensino.

> ...eu acho que é o mesmo problema que passam em outros Núcleos, é o seguinte, do Núcleo ser uma atividade de responsabilidade de um ou de dois professores, que no caso vai, eu acho, pelo menos eu me sentia como um peso, que eu precisava dar conta. Por quê? Porque na época eu tinha 17 turmas, eu dava 34 aulas semanais, aí dava treinamento e tinha que acompanhar os meninos. Aí como eu tenho, hoje, se eu não tiver condições de fazer um trabalho tem outras seis pessoas que tem plenas condições de tocar as atividades para frente. (Kleber, 2015).

Conforme a fala do professor, e como foi relatado nos dois núcleos anteriores, esse realmente é um problema recorrente em outros núcleos. No entanto esta situação foi contornada quando em 2012, o núcleo foi organizado com mais alunos, professores, funcionários, coordenadores e com a gestão organizada, o que sem dúvida foi um grande diferencial.

Outro desafio vivenciado pela escola em relação ao núcleo foi durante a transição da escola para o regime integral, quando as atividades do núcleo não se encaixavam no cotidiano da escola. Isso foi mudado quando os estudos e atividades sobre gênero e violência incorporaram-se ao Projeto Político-Pedagógico da escola, com uma participação efetiva da gestão escolar, entendendo-os como algo que deve ser indissociável da escola para uma formação integral do indivíduo.

O núcleo de estudos abrangiam temas como a violência contra a mulher; agricultura familiar e gênero; gênero e racismo; patriarcado, educação e cultura; e mulher e ciência, para a realização de ações na escola e de extensão para a comunidade, além da produção científica, que são temas anualmente propostos pelo Prêmio Naíde Teodósio. Diante da carência de material teórico, foi idealizado a seleção de livros,

documentários, filmes, músicas, relatos de experiência e outros materiais disponíveis para montagem de um acervo sobre a temática para utilização na escola. O material do curso GDE, do MEC, foi muito utilizado, especialmente para nortear as discussões dos conceitos de gênero, sexualidade, racismo, violência e homofobia. Embora a participação na elaboração e reflexão sobre o tema tenha sido maior por parte dos professores das disciplinas das ciências humanas, é inegável o fato de que houve sim uma colaboração mútua de todos os professores, funcionários e alunos, integrantes ou não do núcleo de estudos de gênero dessa escola, uma vez que as atividades do núcleo fazem parte do Projeto Político Pedagógico da escola em questão.

As atividades do núcleo de estudos originaram-se a partir da iniciativa da pesquisa por materiais teóricos sobre o assunto que norteassem as atividades. Os encontros de discussão de gênero no espaço escolar ocorriam quinzenalmente, no espaço direcionado na escola para estudos dirigidos. Uma marca das atividades desenvolvidas é a divisão de responsabilidades e tarefas entre os profissionais e alunos integrantes do núcleo, devendo ser ressaltado o grande protagonismo voluntário desses estudantes nas ações desenvolvidas. A seguir, percebe-se que as atividades de produção científica, por exemplo, ficam sob a responsabilidade de um dos professores dos núcleos, enquanto os demais se dividem nas demais atividades:

> Cada turma tem quatro aulas dirigidas, que é a dinâmica do aluno se organizar para fazer as suas tarefas de casa, dos outros professores, para não levar tanta coisa para casa. Então o programa de educação integral ele abre esses espaços para ter quatro aulas para que o aluno se organize. E aí a gente cumpre isso fielmente para ver se todo mundo está atento. E uma dessas, ao menos de 15 em 15 dias a gente para pra discutir alguma questão do Núcleo, com os participantes do Núcleo.
>
> Ano passado nós realizamos oficinas com monitores. Então, como a gente tem um número de alunos em torno de 60, 70 alunos que são integrantes, então durante essas aulas a gente aplicava oficinas com eles, e depois nessas aulas eles aplicavam as mesmas oficinas nas turmas. Então quem aplica nas turmas são os próprios alunos integrantes do Gênero. A gente vem fazer o planejamento e fazer a formação, e eles aplicam, serem multiplicadores. (Kleber, 2015)

Em meio a entrevista, surge um dado que chama bastante atenção, no momento em que toma-se conhecimento de que o núcleo conta com um plano de trabalho anual inserido dentro do planejamento anual da escola, que é orientado pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Essa organização facilita a programação anual com uma ou duas semanas reservadas para a discussão de gênero na escola, caracterizando o período da Jornada de Gênero. Ao longo desse plano, foram realizadas oficinas com os alunos monitores do núcleo para que nos momentos de estudo dirigido aplicassem essas oficinas nas turmas, atuando como multiplicadores do conhecimento sobre gênero para os demais alunos da escola. O momento dessas oficinas se dava em horário simultâneo, discutindo o gênero através do teatro, exibição de documentários e fotografias. Eram previamente divulgadas pelos alunos do núcleo nas salas de aula, com o objetivo de estimular a inscrição dos estudantes nas oficinas que lhe despertassem mais interesse.

Cinco alunos engajados com o núcleo receberam bolsas de iniciação científica júnior[5] da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE, financiadas por para subsidiar as pesquisas e atividades realizadas. O núcleo ainda contou duas vezes com o valor de 10 mil reais referentes aos prêmios nacionais – Construindo igualdade de gênero da Secretaria da Mulher do Governo Federal; dinheiro que subsidia até hoje as despesas com recursos materiais, como telas, pincéis, tintas, livros, etc; pessoais como a contratação de pessoas para as oficinas de teatro, poesia e fotografias; e outras que incluem os custos com viagens e lanche para os alunos. Tendo sido destaque também por 6 anos consecutivos obtendo o Prêmio Naíde Teodósio na categoria Mérito Institucional.

A escola também contou com a parceria de um promotor de justiça, o qual trouxe um dado bem significativo para o núcleo em relação à violência contra a mulher, de que embora o número de processos julgados e pessoas condenadas tenham aumentado, mostrando que aparentemente a ocorrência de casos não foi reduzida. No

[5] Bolsa destinada às instituições públicas de ensino médio situadas no estado de Pernambuco, com duração de 12 meses. Suas finalidades são Despertar vocação para os campos das ciências e as carreiras tecnológicas, incentivando talentos potenciais entre estudantes do Ensino Médio da Rede Pública. Estimular professores produtivos do Ensino Médio da Rede Pública a engajarem estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio no processo de investigação científica. Promover o interesse pela pesquisa no campo da Ciência e tecnologia, visando assegurar o contínuo desenvolvimento da capacidade instalada no Estado.

entanto esse aumento da estatística o levou a crer que o número de casos já existia, muito embora parte deles não fosse relatada ou denunciada, e que a partir das ações escolares que direta ou indiretamente atingiam a comunidade, as pessoas se sentiram mais encorajadas a realizarem denúncias. A apresentação desse dado na escola gera a impressão de que o trabalho vem seguindo na direção correta, uma vez que de forma direta ou indireta as ações do núcleo tem surtido efeito nas pessoas da comunidade. Dessa forma, foi sugerida a realização de estudos sobre a situação e a promoção de ações de prevenção e combate a essa realidade.

As atividades do referido núcleo sempre se estendiam para a população. Este alcance ocorre através da mudança de pensamento e comportamento dos alunos, que inevitavelmente é transmitida para os indivíduos do convívio familiar e social de cada estudante. Outro exemplo de interação do núcleo com a comunidade pode ser visto na implantação de Diretorias da Mulher em São José do Egito e em alguns municípios circunvizinhos, fruto da parceria com a Secretaria de Assistência Social.

Parte das pesquisas desenvolvidas pelo núcleo sobre os casos de violência contra a mulher no município, lhe dando com casos concretos e quantitativos reais sobre as informações de os casos de violência contra a mulher a partir de dados obtidos na promotoria de justiça, serve de estímulo para se pensar em intervenções ou em parcerias que busquem gerar algum retorno para a comunidade. Sobre isso, uma característica observada no funcionamento do núcleo na referida escola foi o grande envolvimento dos alunos monitores do núcleo, que atuavam como multiplicadores do conhecimento de gênero, protagonistas das ações e atuantes na mudança de comportamento e reflexão de outros alunos.

Na visão dos coordenadores do referido núcleo, a repercussão maior já está no fato de hoje terem a oportunidade de discutir gênero e violência na escola, o que antes era muito incipiente. Acrescentam-se a isso as mudanças pontuais e cotidianas percebidas nas conversas, brincadeiras, reflexões de atitudes. Por exemplo, a estagiária Fabiana, hoje também coordenadora do Núcleo, que um dia foi estudante da escola e fez parte do Núcleo como aluna, relatou uma brincadeira de um aluno com o outro sobre a cor da camisa (rosa) que um deles usara, e a resposta do aluno à essa atitude veio como

uma repreensão expressa da seguinte forma: *"rapaz, tu participando do Núcleo de Gênero e vem com uma conversa dessas!"* (Fabiana, 2015), demonstra de forma clara que, mesmo sendo a escola, por vezes é um espaço de produção e reprodução de estereótipos de gênero, (LOURO, 2008) ao mesmo tempo suas ações devem ter como metas o despertar de uma consciência desse fenômeno reprodutor entre os alunos, nesse sentido a atuação do núcleo surte efeitos nos hábitos cotidianos dos estudantes.

O Núcleo de estudos em gênero também trouxe grande contribuição aos professores das diferentes disciplinas, aproximando-os do tema e contribuindo para a construção de uma educação pautada na transdisciplinaridade, a partir dos conhecimentos que foram sendo adquiridos pelos profissionais que faziam parte da coordenação do núcleo e multiplicavam os conhecimentos adquiridos nas pesquisas, cursos e formações que foram surgindo. Em 2014 o professor João Renato e o Educador de Apoio Kleber, participaram de vários seminários promovidos pela Secretaria da Mulher. Anteriormente, em 2009 a Escola foi contemplada como Escola Promotora da Igualdade de Gênero no 5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero[6], pelo desenvolvimento do projeto "Discutindo Gênero na Escola: Por uma abordagem científica e interdisciplinar". Premiações de 2011 e 2012. No ano de 2014, a escola foi representada em duas premiações do Naíde Teodósio, uma na categoria de redação de uma aluna, e outra na modalidade de relato de experiência de um professor.

Esse conjunto de dados evidencia a diversidade de ações conjuntas que tornam algumas escolas mais sólidas em seus princípios democráticos, ao propagar a conscientização da comunidade escolar acerca do enfrentamento à violência contra a mulher, destacando a importância da discussão de gênero na escola.

[6] O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi criado em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência , em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Trata-se de um concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e tem por objetivo estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país e sensibilizar a sociedade para tais questões.

Nesse sentido, sabendo que as conquistas históricas foram conseguidas com apoio de instituições e movimentos sociais, é que se faz importante trazer aqui a manifestação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2015) que se posicionou contra a retirada da discussão de gênero das escolas. Seu "Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras" foi assinado por uma centena de estudiosos representantes de diferentes organizações sociais, tais como a Organização de Advogados do Brasil, Universidades Federais e Instituições de Pesquisas Científicas:

> Ao contrário de "ideologias" ou "doutrinas" sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo. Gênero, enquanto um conceito, identifica processos históricos e culturais que classificam e posicionam as pessoas a partir de uma relação sobre o que é entendido como feminino e masculino. (...)E é, nesse sentido, que o conceito de gênero tem sido historicamente útil para que muitas pesquisas consigam identificar mecanismos de reprodução de desigualdades no contexto escolar. (Associação Brasileira de Antropologia, 2015).

O respeito e a valorização das políticas educacionais, referendados pelo manifesto da ABA, reforça a ideia do quanto se faz importante a valorização de políticas educacionais de gênero, uma vez que essas reverberam no comportamento e atitude dos estudantes, na sociedade e na família, tornando-se um importante fator de mudança social no que se refere à redução da violência contra a mulher.

5 CONCLUSÃO

Apresentar o debate sobre as desigualdades de gênero e consequências resultantes dessas diferenças parece sempre despertar o interesse dos estudantes de ensino médio. Afinal, o que se percebe é que se trata de um tema muito próximo de suas experiências de vida. Preconceitos de gênero são vivenciados direta ou indiretamente, muitas vezes são naturalizados. Muitos jovens têm dificuldade em falar do assunto. Falar de gênero pode surpreendê-los, pois, na escola, são chamados à reflexão. Alguns se dão conta de que determinados comportamentos tão comuns e que as vezes até reproduzem os das pessoas admiradas e respeitadas, são injustos e opressores também.

Diante do exposto, não há como negar o impacto que essas discussões podem ter sobre a sociedade, no sentido de convidar o aluno à reflexão para, em seguida, gerar uma mudança de atitude. Essa importância do tema tornou-o uma das expectativas de aprendizagem contida nos Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco (PEBEP) referente à disciplina de Sociologia.

Nesse sentido, se esclarece aqui que, embora o profissional das ciências sociais às vezes adquira um senso de posse ou obrigatoriedade por esse tema, devido à sua bagagem teórica, e às expectativas da disciplina como coloca o (PEBEP), a urgência das questões de gênero e a escassez com que elas vêm sendo trabalhadas desde sempre na educação brasileira, faz da contribuição dos profissionais de outras disciplinas um ato de cidadania para a solução de um problema histórico de opressão social. Por isso, as observações realizadas nos núcleos citados anteriormente não enfatizaram uma disciplina ou outra. O sucesso da realização das ações pedagógicas, bem como a aquisição de seus objetivos, foi resultante do esforço e participação de vários saberes e participações profissionais de diversas áreas de forma cooperativa, buscando uma maior propagação dos esforços implementados pela equipe..

Este trabalho mostrou primeiramente a existência de uma política pública do estado de Pernambuco, voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher, a partir

do fomento de intervenções pedagógicas em EREMs, que se assumiram tal compromisso sócio-educacional.

A realização das ações desenvolvidas nos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher de Pernambuco deu-se por alguns profissionais da educação que coordenavam suas ações, geralmente seguindo uma linha próxima aos conteúdos de suas respectivas disciplinas e área de formação.

Ficou nítida, ao longo dessa pesquisa, a marcante presença de algumas disciplinas na execução das atividades nos três núcleos citados, foram elas: Português, Biologia, Educação em Direitos Humanos e Cidadania (EDHC), Sociologia, História e Educação Física. Em todos os casos analisados, o profissional conseguia estabelecer uma relação entre conteúdo de gênero e o conteúdo da disciplina em que o professor era especialista. Constatou-se que, em grande parte das ações pedagógicas aqui detalhadas, os materiais que as fundamentavam eram originários da mídia escrita, televisiva, musical, portais de conteúdos educacionais na internet ou de fatos reais que ocorreram no entorno da comunidade. Ocasionalmente, foram utilizados textos específicos de portais acadêmicos ou do material utilizado no curso Gênero e Diversidade da Secadi.

Segundo os integrantes dos núcleos pesquisados, o sucesso das atividades depende de uma gestão escolar integrada, da qual participem professores, alunos, família, demais membros da sociedade e outras instituições. Assim, torna-se possível construir coletivamente um conhecimento a respeito das questões de gênero e, por consequência, mudanças de pensamento a respeito disso.

A resolução de um problema frequentemente mencionado nas três EREMs, que foi a falta de tempo suficiente para conciliar as atividades do núcleo com as atividades escolares, pode-se citar o exemplo dos Núcleos 1 e 3 aqui mencionados, que conseguiram instituir uma rotina no núcleo com reuniões periódicas que não passavam de uma quinzena entre uma e outra, para o planejamento das atividades.

No final das contas, os três núcleos apontam que as atividades eram geralmente iniciadas dentro do núcleo para, em seguida, serem propagadas para toda a escola e,

depois, para a comunidade. Como resultado, professoras e professores mencionam uma mudança positiva da postura crítica de alunas e alunos no que diz respeito às questões de gênero.

A partir da visita às escolas, ficou claro que um dos fatores preponderantes para o êxito dos núcleos foi a divisão de tarefas entre coordenadores e ou colaboradores de variadas formações. A descoberta desse dado revelou a importância de se construir um trabalho em equipe, independentemente de qual área o professor seja.

Na conclusão deste estudo, é de fundamental importância que seja salientada a iniciativa da SecMulher-PE, ao concretizar essas parcerias com escolas estaduais de Ensino Médio, possibilitando a realização de trabalhos mais sólidos e focados nas discussões acerca dos temas relacionados a gênero e violência contra a mulher. Destaca-se que esses temas não constam na proposta curricular das escolas estaduais de Pernambuco. Logo, nem sempre são abordados em sala, ou são trabalhados de forma superficial e pontual.

Nesse sentido, a implementação dos Núcleos de Estudos de Gênero, nessas escolas, revela Pernambuco como um Estado que conseguiu inovar nas ações e articulações que favorecem a reflexão do jovem estudante sobre as desigualdades de gênero e a violência contra mulher. Torna inegável o fato de que as estratégias obtidas por meio da parceria entre Escola e SecMulher-PE gerou um trabalho mais orientado e frequente, ampliando o poder de repercussão dessas ações na comunidade escolar e ao mesmo tempo fortalecendo a ideia de que a Sec.Mulher está no caminho certo ao continuar expandindo esses núcleos também para Escolas Técnicas e Instituições de Ensino Superior.

O ano de 2015 foi um momento de destaque para o campo de Gênero e Educação, e por esse motivo, diante de tudo que foi argumentado neste trabalho, que destaca a importância de manutenção dos núcleos existentes e criação de novos outros. Cabe ser apresentado aqui um dos fatos mais recentes que este trabalho tem o dever de abordar. Foi a votação do Plano Municipal de Educação da cidade do Recife, alinhada a

outras cidades e capitais brasileiras que, na mesma época, também discutiam o assunto.

O segundo fato foi a polêmica gerada pela prova do ENEM, que apresentou uma questão sobre Simone de Beauvoir em ciências Humanas e suas tecnologias, e um tema de redação sobre a persistência da violência contra a mulher no Brasil. A prova teve grande significado para o campo das discussões sobre gênero na educação e não poderiam deixar de ser mencionados aqui.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Relações de gênero na sala de aula:** atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares**.** Pró-Posições. Campinas. V. 17, nº3 p.137-149, set/dez. 2006.

BARROS, Suzana da Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. **As questões de gênero nas escolas:** discursos das equipes pedagógica e diretiva**.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278194343_ARQUIVO_suzana-fazendogenero.pdf> Acesso em: 05 jan. 2014.

BRASIL. CEDAW. *Relatório Nacional Brasileiro:* convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher;coordenação de Flávia Piovesan e Sílvia Pimentel. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores; Ministro da Justiça; Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, 2002.

BRASIL, INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio,** 2015, grifos meus.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio:** Ciências Humanas e suas Tecnologias. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença:** da solidão ao encontro. 2. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Educação.** (Coleção valores). São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Educação integral no Estado de Pernambuco:** uma política pública para o ensino médio**.** Recife: Editora UFPE, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia da Pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LOURO, Guacira Lopes.Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. **In: Teoria & Educação.** Porto Alegre: Pannonica, nº 6, pp. 1992, pp. 53-67.

Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf 02/12/2015 03:27

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial.** Londrina:EDUEL, 2003. p.11-25.

PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE,** 11 jul. 2008. p. 3.

PERNAMBUCO, SECRETARIA DA MULHER. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2007

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2008.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2009.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2010.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2011.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2012.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2013.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2014.

_____. **Anuário da Secretaria da Mulher:** Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas. PERNAMBUCO: CEPE, 2015.

PERNAMBUCO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. (Org.). **Manual de alinhamento operacional das práticas pedagógicas das escolas de referência.**Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2013.

PERNAMBUCO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. Parâmetros Curriculares de Filosofia e Sociologia Ensino Médio. CAED/UFFJF, 2013.

PERNAMBUCO, SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Educação integral no estado de Pernambuco: Uma realidade no ensino médio. SEEP, 2013.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Secretaria da Mulher de Pernambuco. Já somam 28 o número de Erems com Núcleos de Estudos de Gênero. 2013. Disponível em: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/exibir_noticia?groupId=30863&articleId=2952135&templateId=31823>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 16, p. 20-45, Dec. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 31 July 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: Quem se Importa? Uma Análise de Documentos de Políticas Públicas no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas, v. 27, n. 95, p.407-428, 10 ago. 2006.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121,.n7, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (Org.). **Mapa da violência 2015:** HOMICIDIO DE MULHERES NO BRASIL. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015>. Acesso em: 02 dez. 2015.

WELLER, Wivian; PAZ, Cláudia Denís Alves da. **Gênero, raça e sexualidade nas políticas educacionais:** avanços e desafios**.** Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0549.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ANEXO

Modelo de Questionário aplicado nas EREMs

ESCOLA:

ENDEREÇO DA ESCOLA:

NOME DO ENTREVISTADO:

SEXO F( ) OU M( ) IDADE: CARGO: FORMAÇÃO:

FUNÇÃO NO NÚCLEO:

1.Que fato ou quem deu início à implantação do núcleo?

2. Quem está a frente das atividades desenvolvidas pelo núcleo?

3. Há um número fixo de participantes? Quantos são entre alunos e professores? De que disciplinas são os professores?

4. Havia conhecimento prévio sobre o tema Gênero por parte da coordenação do núcleo?

5. Houve ou há algum tipo de resistência, dificuldade ou oposição à implantação do núcleo e ou ao desenvolvimento de suas atividades?

6. Os temas: gênero e violência contra a mulher são trabalhados de forma exclusiva, ou relacionados a outros subtemas? Quais subtemas?

7. Que disciplina escolar tem dado efetivamente maior colaboração ao núcleo?

8. Que materiais de apoio teórico sobre gênero foram utilizados (referências, livros, reportagens, jogos, notícias, teorias, mídias)?

9. Existem atividades rotineiras do núcleo? Quais são? Em que momento, espaço e frequência elas ocorrem?

10. Existiu **parcerias** com pessoas e ou instituições fora da escola? Quais?

11. Existiu alguma fonte de **recurso** específica ou extra para o núcleo? Quais?

12. As atividades em algum momento se estenderam à **comunidade**? Como e porquê?

13. Quais **conhecimentos adquiridos** tem sido percebidos nos alunos sobre gênero?

14. Quais os conhecimentos adquiridos tem sido percebidos nos professores sobre gênero?

15. De que forma os seminários e formações sobre gênero propostos pela SEC-MULHER se refletiu nas ações do Núcleo?

16. Você teria alguma sugestão a dar para escolas que estão dando início a um núcleo?